



FACULDADE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

LÍLIAN SILVA DE OLIVEIRA

**CONTRIBUIÇÕES DA CONTABILIDADE NA COMPREENSÃO E
CONSCIENTIZAÇÃO DO CONSUMO: UMA ABORDAGEM PSICOSSOCIAL DO
ENDIVIDAMENTO ENTRE ACADÊMICOS NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
E ADMINISTRAÇÃO**

PARAUAPEBAS
2025

LÍLIAN SILVA DE OLIVEIRA

**CONTRIBUIÇÕES DA CONTABILIDADE NA COMPREENSÃO E
CONSCIENTIZAÇÃO DO CONSUMO: UMA ABORDAGEM PSICOSSOCIAL DO
ENDIVIDAMENTO ENTRE ACADÊMICOS NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
E ADMINISTRAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado a Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FADESA), como parte das exigências do Programa do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis para a obtenção do Título de Bacharel.

Orientadora: Prof.^a Esp. Sara Debora Carvalho Cerqueira

PARAUAPEBAS
2025

Nota: A versão original deste trabalho de conclusão de curso encontra-se disponível no Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – FADESA em Parauapebas – PA.

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial deste trabalho de conclusão, por processos fotocopiadores e outros meios eletrônicos.

O48c Oliveira, Lílian Silva de.

Contribuições da contabilidade na compreensão e conscientização do consumo: uma abordagem psicossocial do endividamento entre acadêmicos no curso de ciências contábeis e administração / Lílian Silva de Oliveira – Parauapebas / PA: FADESA, 2025.
63f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – FADESA, Bacharelado em Ciências Contábeis, 2025.

Orientadora: Prof. Esp.: Sara Debora Carvalho Cerqueira.

1. Educação Financeira. 2. Comportamento de Consumo. 3. Planejamento Pessoal. 4. Contador. 5. Estudantes Universitários. I. Cerqueira, Sara Debora Carvalho. II. Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia. III. Título.

CDD 657.07

LÍLIAN SILVA DE OLIVEIRA

**CONTRIBUIÇÕES DA CONTABILIDADE NA COMPREENSÃO E
CONSCIENTIZAÇÃO DO CONSUMO: UMA ABORDAGEM PSICOSSOCIAL DO
ENDIVIDAMENTO ENTRE ACADÊMICOS NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
E ADMINISTRAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado a Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FADESA), como parte das exigências do Programa do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis para a obtenção do Título de Bacharel.

Aprovado em: 09 / 06 / 2025.

BANCA EXAMINADORA



Prof. (a) Sara Debora Carvalho Cerqueira
(Orientadora – FADESA)



Prof. (a) Mateus da Silva Sousa
(Avaliador (a) – FADESA)



Prof. (a) William Araújo Gomes
(Avaliador (a) – FADESA)

Data de depósito do trabalho de conclusão / /

LÍLIAN SILVA DE OLIVEIRA

**CONTRIBUIÇÕES DA CONTABILIDADE NA COMPREENSÃO E
CONSCIENTIZAÇÃO DO CONSUMO: UMA ABORDAGEM PSICOSSOCIAL DO
ENDIVIDAMENTO ENTRE ACADÊMICOS NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
E ADMINISTRAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado a Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FADESA), como parte das exigências do Programa do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis para a obtenção do Título de Bacharel.



Lílian Silva de Oliveira
(Discente)



Prof. (a) Mateus da Silva Sousa
(Coordenador do Curso de Ciências Contábeis)

Dedico este trabalho à realização de um sonho construído com esforço, aprendizado e superação. Esta conquista representa mais do que o encerramento de uma etapa acadêmica simboliza a força da determinação sustentada pela fé e pelo amor, elementos que transformam trajetórias e tornam possíveis os mais desafiadores objetivos.

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste Trabalho de Conclusão de Curso representa mais do que o encerramento de uma etapa acadêmica; simboliza a concretização de um sonho, construído com esforço, aprendizado e superação. Esta conquista reafirma minha crença de que a determinação, alicerçada na fé e no amor, possui o poder de transformar trajetórias. Em primeiro lugar, agradeço a Deus, fonte de toda força, sabedoria e esperança. Em momentos de incerteza e dificuldade, sua presença silenciosa e constante foi essencial para que eu não desistisse do caminho. A Ele, minha gratidão por me conceder saúde, serenidade e coragem para enfrentar os desafios ao longo desta jornada.

À minha família, minha mais profunda e sincera gratidão. À minha mãe, Edmaria da Silva de Oliveira, dedico esta conquista. Agradeço pelos esforços, pelo amor incondicional, conselhos e exemplo de força e dignidade. Sua presença firme foi essencial para minha formação pessoal e acadêmica.

Aos meus filhos, com todo o amor e carinho, que esta conquista possa inspirá-los a buscar seus sonhos com coragem, fé e persistência.

Ao meu marido, registro meu reconhecimento pelo apoio, paciência e incentivos constantes. Sua presença foi fundamental para eu manter o foco, mesmo nos momentos mais difíceis.

Aos amigos que estiveram presentes na trajetória acadêmica, deixo meu afetuoso agradecimento aos amigos Tháyna Batista e Francisco Rocha, minha gratidão pela convivência, generosidade, apoio e palavras de estímulo durante a trajetória, acadêmica.

À minha orientadora, Prof.^a Sara Débora Carvalho Cerqueira, por sua dedicação, paciência e comprometimento, que foram indispensáveis para a realização deste trabalho. Estendo minha gratidão ao Professor e Coordenador Mateus da Silva Sousa, pela partilha de conhecimentos essenciais para minha formação.

A todos os professores da FADESA que contribuíram para minha trajetória, e a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram com esta caminhada, deixo meu sincero e emocionado agradecimento.

“ E não vos conformeis com este mundo, mas transformai-vos pela renovação da vossa mente, para que experimenteis qual seja a boa, agradável e perfeita vontade de Deus. ”

(Bíblia Sagrada, Romanos 12:2).

RESUMO

Este trabalho tem como finalidade analisar o comportamento financeiro de estudantes universitários, destacando os principais fatores que influenciam suas decisões de consumo e a relação com práticas de planejamento financeiro. A pesquisa foi realizada por meio de abordagem quantitativa, utilizando questionário aplicado a estudantes do ensino superior, com o objetivo de compreender a frequência de práticas como o uso do orçamento pessoal, controle de despesas e consumo por impulso. Além disso, investigou-se a percepção dos estudantes quanto à importância da educação financeira no ambiente acadêmico e o papel que o contador pode desempenhar nesse processo. Os resultados indicam que muitos estudantes enfrentam dificuldades em administrar suas finanças, mas demonstram interesse em aprender e reconhecem a relevância de iniciativas educativas. Constatou-se também que a maioria vê o contador como um agente capacitado para orientar financeiramente pessoas físicas. O estudo evidencia, portanto, a necessidade de inserir ações permanentes de educação financeira nas universidades, contribuindo para a formação de indivíduos mais conscientes, preparados e responsáveis economicamente.

Palavras-chave: Educação financeira; Comportamento de consumo; Planejamento pessoal; Contador; Estudantes universitários.

ABSTRACT

This study aims to analyze the financial behavior of university students, highlighting the main factors that influence their consumption decisions and the relationship with financial planning practices. The research adopted a quantitative approach, through the application of a questionnaire to higher education students, in order to understand the frequency of practices such as personal budgeting, expense control, and impulsive spending. In addition, the study investigated students' perceptions regarding the importance of financial education in academic environments and the role that accountants can play in this context. The results indicate that, although many students face difficulties managing their finances, there is a clear interest in learning and a strong recognition of the value of educational initiatives. It was also found that most participants view accountants as qualified professionals to provide financial guidance to individuals. The study reinforces the need for ongoing financial education initiatives within universities, contributing to the development of more financially responsible and conscious individuals.

Keywords: Financial education; Consumer behavior; Personal planning; Accountant; University students.

LISTA DE SIGLAS

FADESA – Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SPC Brasil – Serviço de Proteção ao Crédito

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

ENEF – Estratégia Nacional de Educação Financeira

MEC – Ministério da Educação

DATASUS – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	PSICOLOGIA ECONÔMICA E COMPORTAMENTO DE CONSUMO	15
2.1	O Endividamento e seus Aspectos psicológicos	16
2.2	Educação Financeira como Ferramenta de Transformação Social	19
2.3	Papel Social do Contador na Conscientização do Consumo.....	23
2.4	Panorama Econômico e Social de Parauapebas–PA.....	27
3	METODOLOGIA	29
3.1	Método de Pesquisa.....	29
3.2	Local de Pesquisa	30
3.3	Coleta, Amostra e Análise de Dados	31
3.4	Aspectos Éticos	32
3.5	Critérios de Inclusão e Exclusão	33
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	33
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
	REFERÊNCIAS	57
	APÊNDICE A - Questionário aplicado aos acadêmicos de ciências contábeis e administração da FADESA.....	61

1 INTRODUÇÃO

O endividamento tem se consolidado como uma realidade presente em larga escala na sociedade brasileira, atingindo proporções alarmantes nos últimos anos. Segundo a Serasa Experian (2025), o número de inadimplentes no Brasil ultrapassa os 73 milhões, evidenciando o crescimento do endividamento da população.

As dívidas estão majoritariamente associadas ao uso excessivo do cartão de crédito, empréstimos pessoais e financiamentos. Contudo, tal cenário não pode ser explicado apenas pela escassez de recursos financeiros: ele reflete, também, uma complexa teia de fatores emocionais, comportamentais e culturais que influenciam o estilo de vida e as decisões de consumo dos indivíduos.

Compreender o fenômeno do consumo exige ultrapassar a ótica estritamente racional da economia clássica. O comportamento do consumidor é influenciado por desejos, emoções, ansiedade, impulsividade, desejo de pertencimento e pela ausência de planejamento financeiro pessoal.

Os consumidores, muitas vezes, agem de forma impulsiva e emocional deixando de lado a racionalidade em suas decisões de compra. Isso ocorre devido à influência de fatores com ansiedade, desejo de aceitação social e falta de conhecimento financeiro, os quais conduzem a comportamentos de consumo descontrolados. De acordo com (Loureiro; Costa, 2017, p. 89), o endividamento pode estar relacionado a fatores comportamentais, emocionais e culturais.

Nesse contexto, emerge a psicologia econômica, um campo interdisciplinar que busca entender como crenças, emoções e padrões mentais interfere nas decisões econômicas. A psicologia econômica analisa como aspectos emocionais, como medo, culpa e ansiedade, influenciam diretamente na maneira como os indivíduos lidam com o dinheiro, especialmente quando se trata de crédito e dívidas, Gigliotti, (2020, p. 72).

A carência de uma cultura voltada à educação financeira agrava ainda mais a situação de endividamento, especialmente entre jovens universitários. A falta de conhecimentos básicos sobre orçamento doméstico, uso consciente do crédito e administração de gastos torna esse público mais vulnerável à inadimplência.

Os estudantes do ensino superior, em sua maioria, estão em fase de transição para a vida adulta e para o mercado de trabalho, vivenciando pressões sociais intensas e assumindo decisões financeiras muitas vezes pautadas mais pela emoção

do que pela razão. A ausência de educação financeira nas escolas e universidades contribuir para que jovens adultos ingressem na vida econômica se preparando, tornando-se fáceis do consumo impulsivo e de ofertas de crédito sem o devido planejamento (Souza; Nascimento, 2019, p. 101).

O contador pode exercer um papel estratégico na educação financeira da sociedade, atuando não apenas na área técnica, mas também na orientação de pessoas físicas sobre consumo consciente e prevenção do endividamento. Para (Machado; Lima, 2021, p. 66), esse profissional deve assumir uma função educativa, contribuindo para uma sociedade financeiramente mais equilibrada.

Diante dessa realidade, esta pesquisa tem como problema central investigar: Como a contabilidade pode contribuir para a compreensão dos aspectos psicossociais do endividamento e para a conscientização do consumo entre acadêmicos dos cursos de Ciências Contábeis e Administração.

O objetivo geral do estudo é analisar como a contabilidade pode contribuir para a compreensão dos fatores psicossociais que envolvem o endividamento e promover a conscientização do consumo entre acadêmicos. Como objetivos específicos, busca-se investigar os fatores psicológicos e sociais que contribuem para o endividamento dos estudantes; avaliar o nível de conhecimento contábil e financeiro entre os acadêmicos; identificar práticas contábeis que podem ser aplicadas para promover o consumo consciente; propor ações educativas voltadas à promoção do consumo consciente no contexto universitário.

Com base na problemática apresentada, parte-se da hipótese de que a ausência de conhecimento contábil e financeiro, aliada à influência de fatores emocionais e sociais, contribui significativamente para o endividamento entre os acadêmicos, e que o contador pode desempenhar um papel relevante na reversão desse quadro por meio de ações educativas.

A justificativa para o desenvolvimento deste estudo reside na relevância social e acadêmica do tema. O endividamento juvenil representa não apenas uma ameaça à estabilidade financeira dos futuros profissionais, mas também uma expressão de vulnerabilidades emocionais e lacunas no processo educacional. Ao propor uma análise psicossocial do consumo aliada ao papel educativo do contador, este trabalho pretende contribuir com alternativas viáveis e reflexões críticas sobre a atuação contábil para além dos limites empresariais, posicionando o contador como agente ativo na transformação da cultura financeira da sociedade.

2 PSICOLOGIA ECONÔMICA E COMPORTAMENTO DE CONSUMO

A crescente complexidade das relações de consumo tem impulsionado diversos estudos interdisciplinares, especialmente no campo da psicologia econômica, que busca compreender os comportamentos financeiros a partir da interação entre fatores racionais e emocionais. O endividamento, nesse contexto, destaca-se não apenas como um problema econômico, mas como um reflexo de escolhas influenciadas por emoções, crenças e construções sociais.

O ato de consumir evoluiu de uma ação voltada à satisfação de necessidades básicas para uma prática simbólica de afirmação identitária e pertencimento, tornando-se um marcador de status e sucesso na sociedade contemporânea. Bauman (2008) aponta que, na sociedade de consumo, a identidade pessoal é muitas vezes construída por meio do consumo de bens.

O consumo, nesse sentido, assume uma dimensão quase vocacional, onde a pressão para comprar está intrinsecamente ligada à busca por reconhecimento social. Essa dinâmica gera um ciclo de desejos e necessidade que frequentemente conduz a comportamentos impulsivos, utilizados como mecanismo de alívio temporário para emoções negativas, como ansiedade, frustração ou sentimento de inadequação.

A psicologia econômica, por sua vez, reconhece que a tomada de decisões financeiras é raramente racional. Conforme Kahneman (2012) grande parte das escolhas econômicas é realizada por meio do chamado “sistema 1” do pensamento, que opera de maneira automática, rápida e influenciada por emoções, experiências passadas e intuições.

Esse sistema é responsável por decisões cotidianas, incluindo aquelas relacionadas ao consumo. Assim, muitos indivíduos contraem dívidas em resposta imediata a estímulos emocionais, sem considerar racionalmente as consequências de médio e longo prazo. Esse comportamento é ainda mais acentuado entre jovens universitários, que, ao ingressarem na vida adulta e adquirirem maior autonomia financeira, enfrentam desafios significativos na gestão de seus recursos.

Silva e Oliveira (2019) identificaram que a maioria dos estudantes universitários brasileiros não possui controle efetivo sobre suas finanças e recorre frequentemente ao crédito, mesmo sem compreender sua lógica. Os autores destacam que “o desconhecimento sobre juros, crédito rotativo e parcelamentos contribui para o

agravamento do endividamento juvenil” (Silva; Oliveira, 2019, p. 45), o que evidencia a importância de intervenções educativas voltadas à formação financeira.

Além disso, a teoria da dissonância cognitiva, proposta por Festinger (1957) descreve a teoria da dissonância cognitiva, explicando como o desconforto emocional influencia nas decisões de consumo. De acordo com o autor, quando há um conflito entre crenças e comportamentos, o indivíduo tende a buscar justificativas que reduzam o desconforto gerado por essa incoerência.

Frases como “todo mundo está endividado” ou “vale a pena porque é um investimento” operam como mecanismos de autopersuasão, permitindo a manutenção de hábitos prejudiciais sem que o sujeito se confronte com a responsabilidade pelas próprias decisões.

Outro elemento agravante nesse cenário é o baixo nível de letramento financeiro da população brasileira. Como ressaltam Lusardi e Mitchell (2014), existe uma relação direta entre conhecimento financeiro e tomada de decisões econômicas mais assertivas. Indivíduos com maior domínio sobre orçamento, crédito e investimentos tendem a apresentar menores índices de endividamento.

Para os autores, “a falta de entendimento sobre conceitos básicos compromete a habilidade de tomar decisões que favoreçam a segurança financeira no longo prazo” (Lusardi; Mitchell, 2014, p. 8), destacando a urgência de políticas públicas e estratégias educativas que promovam a inclusão financeira.

Nesse panorama, o consumo não pode mais ser compreendido como um simples ato econômico, mas como um fenômeno complexo, onde aspectos psicológicos, sociais e culturais se entrelaçam. A busca por prazer imediato, a pressão por pertencimento e a ausência de planejamento financeiro sustentam uma estrutura que favorece o endividamento.

Entender essas dimensões é essencial para a formulação de políticas educativas e estratégias de intervenção que visem não apenas a transmissão de conteúdos financeiros, mas também o desenvolvimento de competências emocionais e comportamentais relacionadas à gestão consciente dos recursos.

2.1 O Endividamento e seus Aspectos psicológicos

Embora frequentemente tratado como uma questão estritamente financeira, o endividamento está fortemente vinculado a fatores emocionais, sociais e

comportamentais. O ato de contrair dívidas não decorre apenas da insuficiência de recursos ou da má gestão financeira, mas também de como o indivíduo se relaciona psicologicamente com o consumo e com o dinheiro.

A psicologia econômica, nesse sentido, contribui para ampliar a compreensão do fenômeno, ao revelar que as decisões financeiras são, em grande medida, motivadas por emoções, desejos e influências socioculturais. Na sociedade contemporânea, marcada pelo consumo como símbolo de status e pertencimento, muitos indivíduos consomem para atender a expectativas sociais e validar sua identidade.

Como observa Bauman (2008), “o consumo se tornou o principal meio de afirmação identitária nas sociedades modernas”. Esse comportamento impulsiona o consumo além da real capacidade de pagamento, levando ao endividamento como meio de sustentar uma imagem social idealizada.

A psicologia econômica, campo que une os saberes da economia e da psicologia cognitiva, aponta que as escolhas financeiras são guiadas por dois sistemas de pensamento: o sistema 1, rápido, intuitivo e emocional; e o sistema 2, mais analítico e racional Kahneman (2012). Em contextos cotidianos, decisões de consumo são predominantemente tomadas pelo sistema 1, com base em impulsos e emoções.

“As pessoas são mais propensas a tomar decisões irracionais quando estão emocionalmente envolvidas. Em situações de estresse, ansiedade ou desejo, o julgamento se torna falho, e a lógica é substituída pela impulsividade” (Kahneman, 2012, p. 148). Essa impulsividade é refletida no uso excessivo do cartão de crédito e no parcelamento de compras, mecanismos que mascaram os impactos financeiros imediatos e geram uma falsa sensação de controle.

Conforme Silva e Oliveira (2019), muitos consumidores brasileiros desconhecem as implicações do crédito rotativo, o que favorece a criação de um ciclo vicioso de endividamento. Além do impulso momentâneo, o consumo também pode funcionar como compensação emocional. Indivíduos em sofrimento psíquico ou baixa autoestima tendem a consumir em busca de prazer imediato.

Moura (2020) observa que esse comportamento gera um ciclo marcado por satisfação efêmera, culpa e agravamento da dívida, intensificando o sofrimento psicológico. Esse padrão pode ser compreendido à luz da teoria da dissonância

cognitiva, de Festinger (1957), que explica o desconforto gerado pela incoerência entre crenças e ações.

“Quando a realidade entra em conflito com nossas crenças, procuramos racionalizações que diminuam a tensão interna. No caso do consumo, isso pode se manifestar na justificativa de que ‘é uma compra necessária’, mesmo quando não é” (Festinger, 1957, p. 33). O comportamento financeiro é também profundamente influenciado por fatores culturais e sociais.

Em muitas famílias brasileiras, o diálogo sobre finanças é escasso, o que compromete o desenvolvimento de habilidades básicas de planejamento. Reguo (2022) destaca que o endividamento também possui forte ligação com aspectos emocionais. Apontando a necessidade de uma abordagem mais ampla e integrada.

Entre estudantes universitários, o problema se agrava. Jovens que ingressam na vida adulta, frequentemente longe do apoio familiar direto, enfrentam desafios na administração de suas finanças e recorrem ao crédito como extensão da renda. Lima e Castro (2021) afirmam que a falta de educação financeira contribui para o alto nível de endividamento entre universitários.

Essa realidade afeta diretamente o bem-estar e o desempenho acadêmico dos estudantes. A pesquisa de Santos e Almeida (2020) relatam que o endividamento prejudica o desempenho acadêmico e a saúde emocional. Revelou que alunos endividados apresentam níveis mais elevados de estresse, ansiedade e dificuldades de concentração, demonstrando que o endividamento compromete não apenas a saúde financeira, mas também a saúde mental.

O avanço das tecnologias e das estratégias de marketing digital também exerce forte influência no comportamento de consumo. A publicidade personalizada e a exposição constante a padrões de vida idealizados nas redes sociais geram pressão para manter uma imagem pública baseada no consumo. Conforme (Bauman 2008, p. 45) “o valor de uma pessoa é medido por sua capacidade de consumir e ostentar”, o que alimenta a busca por pertencimento social por meio da aquisição de bens simbólicos.

Além disso, o analfabetismo emocional e financeiro contribui para decisões desordenadas. Cerbasi (2017) alerta que o mau uso do cartão de crédito é uma das principais causas de inadimplência. Intervenções eficazes, dessa forma, devem combinar estratégias de educação financeira com suporte psicológico, ajudando o

indivíduo a compreender seus padrões de consumo e a desenvolver autonomia nas decisões.

Degenhardt (2016) evidencia que fatores emocionais, como ansiedade e culpa, influenciam as decisões financeiras. “Os indivíduos não decidem somente com base em dados e lógica, mas também em estados emocionais momentâneos, como ansiedade, culpa, medo e desejo” (Degenhardt, 2016, p. 39).

Assim, o consumo descontrolado não pode ser combatido apenas com informação técnica, mas exige mudanças de comportamento, percepção e atitudes. Em resumo, o estudo dos aspectos psicológicos do endividamento revela que este não é apenas uma expressão de desequilíbrio financeiro, mas um reflexo de fragilidades emocionais e sociais.

O enfrentamento dessa questão requer uma abordagem multidisciplinar que envolva educação, psicologia, pedagogia e contabilidade. Promover a conscientização sobre o consumo e desenvolver competências comportamentais são passos fundamentais para a construção de uma relação mais equilibrada com o dinheiro.

2.2 Educação Financeira como Ferramenta de Transformação Social

A educação financeira tem sido amplamente reconhecida como um instrumento essencial para promover o bem-estar social e econômico dos indivíduos. Muito além de ensinar sobre matemática financeira ou o funcionamento de produtos bancários, ela proporciona o desenvolvimento de habilidades cognitivas, emocionais e comportamentais voltadas para a tomada de decisões conscientes e responsáveis no uso dos recursos.

Em uma sociedade marcada por altos índices de endividamento, desigualdade econômica e analfabetismo funcional em finanças, a educação financeira emerge como ferramenta de transformação social e cidadania. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico OCDE (2020), recomenda a inclusão da educação financeira nos currículos educacionais para formar consumidores mais conscientes, aumentando sua confiança e capacidade de agir com eficácia em seus interesses financeiros.

Trata-se, dessa forma, de um componente fundamental para a autonomia econômica e inclusão social. No Brasil, os desafios relacionados à educação

financeira são agravados pela escassez de conteúdo específicos no currículo básico e pela falta de acesso à informação por grande parte da população. Conforme relata a pesquisa serviço de proteção ao crédito do SPC BRASIL (2018), aponta que a maioria dos brasileiros não possui conhecimentos básicos sobre finanças pessoais.

Mais de 60% dos brasileiros não realizam qualquer tipo de controle sobre seus gastos mensais, e cerca de 56% desconhecem o valor de suas dívidas. Esse dado revela a urgência de inserir o tema nas escolas, universidades e políticas públicas, pois o desconhecimento leva a comportamentos financeiros disfuncionais que comprometem a estabilidade familiar e a mobilidade social.

A inserção da educação financeira no contexto escolar representa uma estratégia fundamental de longo prazo. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) já reconhece a importância do tema ao integrá-lo de forma transversal, especialmente nas disciplinas de Matemática e Ciências Humanas.

Para Torres e Freitas (2019), defendem que a educação financeira promove a inclusão social e a redução das desigualdades. A escola, como espaço formador de valores, desempenha papel central nesse processo. “A educação financeira não deve ser tratada como um conhecimento técnico isolado, mas como parte de um processo formativo que estimula a autonomia, a responsabilidade e a cidadania” (Torres Freitas 2019, p. 47).

Além do ambiente escolar, o papel da universidade na difusão da educação financeira é igualmente importante. Cursos como Ciências Contábeis e Administração devem ir além do conteúdo teórico e promover projetos de extensão, oficinas e campanhas de orientação financeira. Tais iniciativas podem alcançar não apenas os alunos, mas também comunidades vulneráveis, promovendo a inclusão e o empoderamento financeiro.

De acordo com Soares (2021), sugere que programas de educação financeira devem começar ainda na educação básica. É importante compreender que a educação financeira, enquanto ferramenta social, também atua na prevenção do endividamento e da exclusão bancária. Ao adquirir conhecimentos sobre orçamento doméstico, crédito, juros, investimentos e planejamento, o indivíduo passa a compreender o funcionamento do sistema financeiro e a proteger-se de armadilhas do consumo.

Lima (2020, p. 113) destaca que:

O cidadão que compreende minimamente os mecanismos financeiros é menos vulnerável a golpes, à inadimplência e à dependência do crédito de emergência. A educação financeira é, assim, um instrumento de defesa do consumidor e de promoção da dignidade econômica.

Nesse sentido, a educação financeira deve ser compreendida como um direito de todos, e não um privilégio de poucos. Em países desenvolvidos, políticas públicas de letramento financeiro são amplamente difundidas e incentivadas. No Brasil, embora haja avanços, como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), ainda há lacunas na efetividade e na capilaridade das ações.

Segundo o Relatório Anual da ENEF (2022), os programas existentes ainda não atingem de forma satisfatória populações periféricas, comunidades indígenas, trabalhadores informais e jovens em situação de vulnerabilidade. No contexto atual, marcado pelo aumento do consumo por impulso, do endividamento e da vulnerabilidade econômica, o letramento financeiro se torna fundamental para a transformação de hábitos, mentalidades e estruturas sociais.

De acordo com Domingos (2020, p. 21), “a educação financeira é o caminho mais curto para a liberdade e o equilíbrio entre os sonhos e os recursos disponíveis”. Ele destaca que mais do que ensinar a economizar, ela promove reflexão, autoconhecimento e planejamento de vida, sendo essencial para evitar o consumo inconsciente e o endividamento emocional.

Na perspectiva de Teixeira e Matos (2019), reforçam a necessidade de metodologias ativas para tornar o ensino de finanças mais eficiente. Ela deve ser disseminada em ambientes comunitários, familiares e profissionais, com linguagem acessível e estratégias aplicáveis à realidade das pessoas. Os autores argumentam que o conhecimento sobre finanças pessoais contribui para autonomia, autoestima e cidadania financeira, especialmente em populações com baixo nível de escolaridade ou acesso limitado à informação.

No Brasil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) inclui a educação financeira como tema transversal desde o ensino fundamental, prevendo que os estudantes aprendam sobre orçamento, consumo responsável, poupança e uso consciente do crédito. No entanto, a implementação prática ainda é limitada. Segundo Paiva e Silva (2021), apontam que a educação financeira pode alterar padrões de consumo.

A ausência de educação financeira contribui para a manutenção do ciclo de pobreza e endividamento, pois a falta de planejamento e de consciência leva a

decisões prejudiciais no médio e longo prazo. A título de exemplo, a pesquisa da Serasa Experian (2024) mostra que cerca de 40% dos brasileiros não sabem calcular juros simples ou compostos, o que afeta diretamente sua capacidade de negociar dívidas, utilizar crédito com responsabilidade e organizar um orçamento doméstico.

Por outro lado, quando a educação financeira é aplicada de forma contextualizada e prática, seus resultados são significativos. Segundo Vieira (2020), afirma que o conhecimento financeiro impacta diretamente as decisões de compra. Isso demonstra que, mesmo com poucos recursos, o conhecimento financeiro transforma o modo como as pessoas lidam com o dinheiro, impactando também suas relações familiares, profissionais e sociais.

A educação financeira também tem um papel importante na promoção da igualdade de gênero e na emancipação de grupos vulneráveis, como mulheres chefes de família, jovens de periferia e pequenos empreendedores. Ao desenvolver competências como planejamento, análise crítica e priorização de objetivos, ela fortalece a autonomia desses grupos e amplia suas possibilidades de desenvolvimento pessoal e profissional.

Outro aspecto relevante é a necessidade de considerar os fatores comportamentais e emocionais na abordagem da educação financeira. Estudos em psicologia econômica têm demonstrado que o comportamento financeiro não é apenas racional, sendo influenciado por emoções, hábitos, crenças e fatores culturais.

De acordo com Oliveira e Ribeiro (2020), “ensinar a lidar com o dinheiro também implica ensinar a lidar com o autocontrole, com o planejamento de longo prazo e com a resistência à pressão social por consumo”. Assim, a abordagem deve ser integrada e multidisciplinar.

A tecnologia pode ser aliada importante nesse processo de educação. Aplicativos, plataformas digitais e redes sociais têm potencial para disseminar conteúdos de forma acessível e interativa. No entanto, é preciso cuidado com o excesso de informações e a qualidade do conteúdo disseminado.

O papel de profissionais qualificados como contadores, economistas e educadores financeiros torna-se imprescindível na mediação entre conhecimento técnico e realidade prática da população. A atuação do contador, nesse contexto, vai além da função técnica de registros contábeis.

Ele pode ser agente educador junto a empresas, famílias e comunidades, promovendo a organização financeira, o planejamento e a transparência. De acordo

com (Reguo, 2022) “o contador tem a capacidade de traduzir a linguagem técnica da contabilidade para o cotidiano das pessoas, tornando o conhecimento financeiro mais acessível e aplicável”.

É também relevante compreender a educação financeira como estratégia de combate às desigualdades sociais. Em sociedades marcadas por disparidades de renda e acesso a oportunidades, oferecer ferramentas de gestão financeira é uma forma de reduzir vulnerabilidades e ampliar a capacidade de planejamento das famílias. O controle financeiro pode permitir investimentos em educação, saúde e moradia, contribuindo para o rompimento de ciclos geracionais de pobreza.

Por fim, a educação financeira não pode ser vista como uma panaceia para todos os problemas econômicos. É necessário reconhecer que muitos fatores estruturais, como desemprego, inflação, desigualdade de renda e acesso limitado a crédito justo, também afetam o equilíbrio financeiro das famílias. Contudo, promover o conhecimento financeiro é um passo indispensável para fortalecer a cidadania econômica e permitir escolhas mais conscientes em meio a um cenário de incertezas.

2.3 Papel Social do Contador na Conscientização do Consumo

Na sociedade contemporânea, o papel do contador tem se expandido significativamente, ultrapassando as funções técnicas tradicionais de escrituração contábil, apuração de tributos e elaboração de demonstrações financeiras. O profissional da contabilidade tem assumido, de forma crescente, uma função social relevante, especialmente no âmbito da promoção da educação financeira e da conscientização do consumo.

Atuando como orientador e facilitador do conhecimento, o contador contribui diretamente para a formação de cidadãos mais conscientes financeiramente, capazes de tomar decisões responsáveis no uso de seus recursos. A educação financeira, entendida como um processo contínuo de capacitação para o planejamento e uso equilibrado dos recursos financeiros, demanda uma abordagem multidisciplinar.

Nesse contexto, o contador destaca-se como figura central, por dominar conhecimentos técnicos capazes de interpretar fenômenos econômicos e traduzi-los em informações acessíveis ao público leigo. Conforme destaca Reggio (2022, p. 93), “o contador tem a habilidade de transformar dados contábeis complexos em

orientações práticas, contribuindo para que indivíduos e famílias compreendam sua situação financeira e tomem decisões mais seguras”.

Ainda segundo o autor, “o contador, como agente de transformação social, possui as ferramentas necessárias para atuar diretamente na formação de uma cultura de consumo consciente e de responsabilidade financeira essa atuação pode ocorrer em múltiplos contextos: nas empresas, na consultoria a pessoas físicas, em instituições educacionais ou através de projetos sociais.

No ambiente empresarial, principalmente em micro e pequenas empresas, o contador pode orientar gestores e colaboradores sobre planejamento orçamentário, controle de receitas e despesas e fluxo de caixa. Já no atendimento a pessoas físicas, sua função pode abranger desde a organização de finanças domésticas até o esclarecimento de contratos de crédito e investimentos.

No campo educacional, o contador pode atuar como palestrante, consultor ou autor de materiais didáticos que promovam o letramento financeiro da população. A formação acadêmica em Ciências Contábeis fornece a base técnica necessária para que esses profissionais contribuam para a inclusão financeira, sobretudo em comunidades com baixa escolaridade e pouco acesso à informação.

A atuação proativa do contador no campo da educação financeira representa uma estratégia eficaz para combater o endividamento e fomentar o desenvolvimento econômico sustentável, (Silva; Rodrigues, 2020, p. 45). De forma geral, a atuação educativa do contador pode ser estruturada em três eixos fundamentais: orientação técnica, formação cidadã e prevenção ao endividamento.

No eixo técnico, o contador fornece ferramentas como diagnósticos financeiros, planilhas orçamentárias e projeções de gastos. Na dimensão cidadã, promove o entendimento sobre direitos do consumidor, uso consciente do crédito e importância da poupança. Já no campo preventivo, atua no replanejamento de dívidas, renegociação com credores e reorganização financeira familiar.

Essa valorização do contador como agente educador está diretamente relacionada à crescente complexidade dos sistemas financeiros e à oferta massiva de crédito. Em um cenário de estímulos constantes ao consumo e de informações muitas vezes confusas ou incompletas, o contador se posiciona como intermediário confiável, apto a interpretar dados técnicos e a orientar decisões financeiras de forma clara e objetiva.

Contudo, esse novo papel exige uma mudança de postura do contador, que deve adotar uma abordagem comunicativa, empática e pedagógica. A linguagem contábil, tradicionalmente votada a profissionais da área, precisa ser adaptada para alcançar o cidadão comum, de modo que a informação contábil cumpra seu papel social de orientar e transformar.

Oliveira (2021, p. 58). Nesse sentido, a atuação educativa do contador não se restringe à transmissão de conteúdos técnicos, mas deve envolver também o desenvolvimento de habilidades comportamentais, como planejamento, autocontrole e visão de longo prazo. A atuação ética também é um pilar essencial nesse processo. O Código de Ética Profissional do Contador CFC (2019) orienta que os profissionais de contabilidade devem promover ações de educação financeira.

Essa diretriz reforça a legitimidade de sua atuação como agente de educação financeira, sobretudo em comunidades com maior vulnerabilidade socioeconômica. Nessas localidades, a orientação prestada por contadores pode significar a diferença entre a manutenção da dignidade financeira e a perpetuação do ciclo do endividamento.

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade CFC (2023) reforça a responsabilidade social do contador em ações voltadas ao consumo consciente. ONGs e (Organizações Não Governamentais) são entidades privadas e sem fins lucrativos que atuam em diversas áreas, buscando soluções para problemas sociais, ambientais, culturais, entre outros.

Conforme observa o próprio órgão, “o contador, ao assumir a função de educador financeiro, exerce uma missão social que transcende o exercício técnico da profissão, tornando-se protagonista no combate à exclusão financeira e na construção de uma sociedade mais justa” CFC (2023, p. 41).

Nesse sentido, a atuação tradicional do contador, historicamente centrada na escrituração contábil e no cumprimento de obrigações legais, vem sendo ampliada pela crescente demanda social por orientação prática sobre finanças pessoais. Marion (2010, p.34) já apontava essa necessidade ao afirmar que “a contabilidade não serve apenas para atender obrigações legais, mas também para gerar informação útil à vida das pessoas”.

Isso inclui desde a gestão do orçamento familiar até o planejamento de investimentos e a análise crítica do crédito. Diante da realidade de uma população que, em grande parte, desconhece conceitos financeiros básicos, como juros,

orçamento ou poupança, o papel do contador como educador torna-se vital. Assis (2019, p. 62) reforça esse entendimento ao afirmar que “o contador pode ser um facilitador do conhecimento financeiro, traduzindo a linguagem técnica em orientação acessível para diferentes públicos”.

Essa atuação não substitui a do professor, mas complementa a formação da população em uma área crítica para a cidadania. O CFC, ciente dessa responsabilidade, tem incentivado a contabilidade social e solidária por meio de campanhas de valorização profissional e apoio a projetos de extensão universitária. Um exemplo prático é a realização de atendimentos comunitários em que estudantes de Ciências Contábeis orientam famílias na organização de suas finanças e no entendimento do sistema financeiro.

Essas ações geram impactos concretos, promovendo inclusão e bem-estar econômico. Na prática, os contadores podem atuar por meio de iniciativas simples e eficazes, como a elaboração de cartilhas educativas, a promoção de oficinas em escolas e comunidades, a realização de plantões financeiros e a produção de conteúdo digital.

Essas estratégias são particularmente relevantes em regiões com baixa bancarização, onde o acesso à informação financeira é escasso e os riscos de endividamento são maiores. É imperativo que os cursos de Ciências Contábeis incorporem em seus currículos disciplinas voltadas à educação financeira, com enfoque cidadão e prático.

Lima (2022) defende que “a educação financeira deve ser tratada como eixo formador da atuação contábil, não apenas como competência adicional, mas como pilar da missão do contador”. Essa formação ampliada permitirá que os futuros profissionais da contabilidade estejam preparados não apenas para as funções técnicas, mas também para o exercício da cidadania financeira.

Assim, o contador ocupa um lugar de destaque na promoção da educação financeira e da conscientização do consumo. Sua atuação ética, técnica e comunicativa contribui para a construção de uma sociedade mais equilibrada, informada e preparada para enfrentar os desafios do consumo e do endividamento. Ao assumir esse papel, o contador fortalece sua missão social e amplia o alcance transformador de sua profissão.

2.4 Panorama Econômico e Social de Parauapebas–PA

O município de Parauapebas, situado na região sudeste do estado do Pará, desponta como um dos principais polos econômicos da Região Norte do Brasil. Seu desenvolvimento está profundamente vinculado à atividade mineral, com destaque para a extração de minério de ferro conduzida pela mineradora Vale S.A., o que conferiu à cidade um crescimento econômico acelerado nas últimas décadas.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2023), informa que Parauapebas possui uma população de 275.655 habitantes, sendo o terceiro município mais populoso do estado. O desempenho econômico de Parauapebas é notável. Em 2023, o Produto Interno Bruto (PIB) local atingiu aproximadamente R\$ 49,8 bilhões, configurando-se como o maior do Pará.

A indústria, fortemente representada pelo setor extrativista mineral, responde por 84,1% do valor adicionado, seguida pelos setores de serviços (11,7%), administração pública (3,7%) e agropecuária (0,5%). O PIB per capita municipal alcança R\$ 227.449,71, número significativamente superior à média estadual, evidenciando a força da economia local.

Contudo, apesar desses indicadores, os benefícios econômicos não se refletem de maneira equitativa no desenvolvimento social. Parauapebas apresenta uma taxa de escolarização de 97,3% entre crianças de 6 a 14 anos, revelando um bom desempenho no acesso à educação básica.

No entanto, outros indicadores sociais revelam desafios estruturais, como a taxa de mortalidade infantil de 14,2 óbitos por mil nascidos vivos segundo Departamento de Informática do Sistema de Saúde DATASUS (2022) registra uma taxa de mortalidade nascidos vivos do município o que indica limitações nos serviços públicos de saúde.

A rápida urbanização, impulsionada pela migração de trabalhadores de diversas regiões do país, resultou em um processo de crescimento populacional desordenado, gerando déficits habitacionais. Nesse cenário de contrastes, torna-se evidente a necessidade de políticas públicas que promovam o desenvolvimento social sustentável.

Como observam Souza e Lima (2021), destacam a concentração de renda e os impactos sociais da atividade mineradora. O modelo de crescimento baseado na mineração gera concentração de renda, dependência econômica e vulnerabilidade

social, sobretudo em momentos de instabilidade no setor extrativista. Esses fatores contribuem para a desigualdade no acesso à informação, à educação e, em especial, à educação financeira.

A ausência de estratégias de orientação ao consumo consciente afeta significativamente a população, sobretudo jovens e trabalhadores informais. Dados recentes do Mapa da Inadimplência da Serasa Experian (2024), aponta que o índice de inadimplência em cidades da Região Norte ultrapassa 50%.

As principais causas do endividamento estão relacionadas ao uso descontrolado do cartão de crédito e a empréstimos pessoais. Esses dados evidenciam que o problema não está necessariamente relacionado à renda, mas sim a fatores comportamentais, culturais e educacionais, como a falta de conhecimento sobre planejamento financeiro e consumo responsável.

Nesse contexto, a atuação de profissionais da contabilidade torna-se estratégica para a reversão desse cenário. O contador, enquanto agente de educação financeira, pode desempenhar um papel fundamental ao orientar indivíduos e famílias quanto ao uso consciente do crédito, à organização de orçamentos domésticos e à renegociação de dívidas.

Segundo Almeida (2022), “a presença do contador como agente de educação financeira em regiões periféricas é um passo fundamental para a democratização do conhecimento e a construção de uma cultura de planejamento”. Adicionalmente, destaca-se o papel estratégico das instituições de ensino superior presentes no município, como a Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – FADESA.

Por meio de projetos de extensão universitária voltados à educação financeira, essas instituições têm o potencial de atuar como agentes transformadores da realidade socioeconômica local. A integração entre ensino, pesquisa e extensão, conduzida por docentes e discentes dos cursos de Ciências Contábeis e Administração, permite a realização de ações educativas de impacto direto na comunidade, promovendo a disseminação do conhecimento contábil e a valorização da cidadania financeira.

Tais iniciativas são especialmente relevantes em contextos marcados por desigualdades e carência de políticas públicas eficazes. Ao promover oficinas, palestras, atendimentos comunitários e ações de sensibilização sobre planejamento financeiro e consumo consciente, a FADESA fortalece sua função social enquanto

instituição formadora de profissionais comprometidos com o desenvolvimento regional.

Esse tipo de intervenção amplia o acesso à informação de qualidade, estimula a autonomia dos indivíduos na gestão de suas finanças e contribui para a redução dos índices de endividamento, especialmente entre os jovens e trabalhadores informais. Dessa forma, o panorama econômico e social de Parauapebas–PA revela um município economicamente próspero, mas socialmente desafiado, no qual a atuação do contador se apresenta como elemento-chave para promover não apenas a inclusão financeira, mas também a conscientização sobre o consumo e a prevenção ao endividamento.

Combinando conhecimento técnico, sensibilidade social e compromisso ético, o contador pode contribuir de forma decisiva para o fortalecimento da cidadania econômica e para a construção de uma sociedade mais justa e financeiramente equilibrada.

3 METODOLOGIA

A metodologia constitui o alicerce de uma pesquisa científica, orientando todo o percurso investigativo adotado para alcançar os objetivos propostos e responder à problemática estabelecida. Neste estudo, optou-se por uma abordagem mista, com predominância da vertente quantitativa e suporte qualitativo, de natureza exploratória e descritiva, voltada à compreensão dos aspectos psicossociais que influenciam o endividamento entre estudantes universitários, bem como à análise da percepção desses indivíduos acerca do papel do contador na promoção da conscientização sobre o consumo e da educação financeira. A investigação foi aplicada no contexto da Faculdade de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FADESA), no município de Parauapebas–PA.

3.1 Método de Pesquisa

A pesquisa foi delineada com base em uma abordagem quantitativa descritiva, complementada por elementos qualitativos de análise interpretativa, característica comum em estudos de natureza aplicada nas ciências sociais. A abordagem quantitativa possibilitou a mensuração de comportamentos, percepções e

conhecimentos dos acadêmicos, por meio de dados estatisticamente tratáveis, enquanto a vertente qualitativa permitiu a exploração de significados subjetivos e contextuais presentes nas respostas abertas.

Segundo Gil (2019), a pesquisa descritiva visa à “caracterização das propriedades de determinado fenômeno ou a descrição das relações entre variáveis”. Essa tipologia é adequada aos propósitos do presente estudo, uma vez que se pretende descrever o comportamento de consumo e endividamento dos estudantes universitários e sua visão sobre o papel do contador como agente educativo e orientador financeiro.

3.2 Local de Pesquisa

A pesquisa foi realizada na Faculdade de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FADESA), instituição de ensino superior localizada no município de Parauapebas, no sudeste do estado do Pará. A FADESA atua com o propósito de promover o desenvolvimento regional por meio da formação de profissionais capacitados e socialmente responsáveis, especialmente nas áreas de negócios, gestão e sustentabilidade.

A instituição oferece cursos superiores reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC), entre eles os de Ciências Contábeis e Administração, que foram o foco deste estudo. A escolha da FADESA como campo empírico da pesquisa se justifica por diversos fatores. Em primeiro lugar, trata-se de uma instituição com papel relevante na formação acadêmica da juventude local, situada em um dos municípios economicamente mais expressivos da Região Norte do Brasil.

Parauapebas é amplamente conhecido por sua dependência da atividade mineradora, especialmente pela presença da empresa Vale S.A., o que gera um ambiente de fortes contrastes entre dinamismo econômico e desafios sociais. Em segundo lugar, os cursos de Ciências Contábeis e Administração reúnem estudantes que, por estarem em processo de formação profissional em áreas diretamente relacionadas à gestão e finanças, representam um público-alvo particularmente relevante para o estudo dos comportamentos de consumo, práticas financeiras e percepção sobre a atuação do contador como agente de educação financeira.

A FADESA promove, por meio de projetos de extensão, atividades voltadas à promoção da cidadania, da responsabilidade social e da inclusão educacional, o que

reforça seu compromisso com o desenvolvimento humano sustentável. O local da pesquisa oferece uma combinação estratégica de representatividade acadêmica, relevância regional e pertinência temática, contribuindo significativamente para a profundidade e validade dos dados coletados, e ampliando a possibilidade de análise do fenômeno do endividamento sob uma perspectiva psicossocial e educacional.

3.3 Coleta, Amostra e Análise de Dados

A pesquisa fundamentou-se em livros, artigos científicos e fontes oficiais de estatísticas públicas. Foram analisados 12 livros, 8 artigos científicos e 3 bases de dados oficiais, incluindo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Serasa Experian e Conselho Federal de Contabilidade (CFC). O levantamento bibliográfico e de campo foi conduzido entre 2023 e 2025, abrangendo desde a formulação do problema até a aplicação final do questionário.

A pesquisa foi composta por 117 estudantes regularmente matriculados nos cursos de Ciências Contábeis e Administração da FADESA. A amostra foi definida por cálculo amostral a qual ficou definido a quantidade 83 estudantes, respeitando os critérios de inclusão e viabilidade temporal da pesquisa. O período de aplicação iniciou-se dia 29 de maio de 2025 com encerramento no dia 30 de maio de 2025. Essa modalidade de amostragem é considerada válida em estudos exploratórios, conforme apontam Marconi e Lakatos (2017) explicam as etapas da metodologia científica.

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário estruturado, contendo 21 questões fechadas e escalas de opinião, além de um campo aberto para manifestações livres. O instrumento foi desenvolvido à luz dos objetivos da pesquisa e dividido em blocos temáticos que abordam: (1) perfil sociodemográfico; (2) comportamento financeiro e endividamento; (3) educação e conhecimento financeiro; e (4) percepção sobre a atuação do contador como agente de orientação financeira.

O questionário foi aplicado de forma presencial e/ou digital, links enviados via WhatsApp, através de aplicativo em sala de aula e por meio do formulário eletrônico Google Forms, onde refere-se a uma ferramenta on-line oferecida pela empresa Google, que permite a criação de formulário e questionários, assim respeitando a disponibilidade dos participantes.

Os dados quantitativos foram tabulados com o auxílio do Microsoft Excel e analisados por meio de estatística descritiva utilizando gráficos, com o uso de

frequências, percentuais e medidas de tendência central. Essa análise permitiu identificar padrões recorrentes nas respostas dos estudantes e verificar possíveis correlações entre variáveis como endividamento, comportamento de consumo e conhecimento financeiro.

As respostas abertas foram tratadas com base na técnica de análise de conteúdo, conforme os preceitos metodológicos de Bardin (2016) descreve o método de análise de conteúdo para interpretação de dados qualitativos. A combinação das abordagens proporcionou uma visão mais abrangente e aprofundada dos fenômenos investigados, integrando aspectos mensuráveis e simbólicos do comportamento financeiro universitário.

3.4 Aspectos Éticos

Esta pesquisa foi conduzida em conformidade com os princípios éticos estabelecidos pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que rege as investigações em Ciências Humanas e Sociais. A natureza da pesquisa, de caráter não intervencionista, e o fato de não haver identificação direta ou indireta dos participantes, isentam o estudo da obrigatoriedade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme previsto na normativa vigente.

A participação dos estudantes foi espontânea, voluntária e anônima, não havendo qualquer tipo de indução, compensação ou vínculo hierárquico entre os pesquisadores e os participantes. Antes do início do questionário, todos foram informados verbalmente e/ou por escrito sobre os objetivos da pesquisa, o uso acadêmico dos dados e o sigilo absoluto das respostas.

Nenhuma informação pessoal foi coletada ou armazenada, assegurando total confidencialidade e privacidade. As questões foram formuladas de forma ética, evitando constrangimentos, julgamentos ou qualquer exposição dos sujeitos. Os dados foram analisados de forma coletiva, garantindo que nenhuma resposta individual fosse destacada ou utilizada isoladamente.

Como observa Oliveira (2020), aborda o uso de questionários como instrumento de coleta de dados. Assim, o estudo respeita plenamente os princípios da ética científica, assegurando a integridade dos participantes e a legitimidade da produção do conhecimento. Além disso, os questionários foram elaborados de forma

clara e objetiva, buscando minimizar possíveis vieses e garantir a compreensão por parte dos participantes.

3.5 Critérios de Inclusão e Exclusão

A definição dos critérios de inclusão e exclusão é fundamental para garantir a qualidade metodológica da amostra e a confiabilidade dos resultados obtidos. No presente estudo, foram considerados como critérios de inclusão: estar regularmente matriculado nos cursos de Ciências Contábeis ou Administração da Faculdade de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FADESA), no município de Parauapebas-PA; apresentar disponibilidade para responder integralmente ao questionário proposto.

Esses critérios asseguram que os participantes estejam inseridos no contexto acadêmico e no perfil populacional de interesse, contribuindo com dados pertinentes à problemática investigada. Como critérios de exclusão, foram desconsideradas as respostas de: participantes que não estavam matriculados nos cursos-alvo da pesquisa; questionários respondidos de forma incompleta, com omissões relevantes ou inconsistências nas respostas que comprometam a validade dos dados; respostas que apresentaram traços de aleatoriedade ou contradições evidentes entre itens do questionário, como tentativa de simulação ou descuido no preenchimento.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise e interpretação dos dados obtidos por meio da aplicação do questionário estruturado, respondido por acadêmicos dos cursos de Ciências Contábeis e Administração da Faculdade de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FADESA), localizada no município de Parauapebas. Os resultados são discutidos à luz da fundamentação teórica previamente apresentada, buscando compreender as relações entre comportamento de consumo, endividamento, conhecimento financeiro e a percepção sobre o papel do contador.

A análise dos dados revela que a maioria dos respondentes tem entre 20 e 24 anos (39%), seguido do grupo com idade inferior a 20 anos (23,2%), o que indica uma predominância de jovens adultos no público pesquisado. Essa faixa etária é compatível com o perfil comum de estudantes universitários brasileiros. Em relação

ao gênero, observa-se um predomínio feminino (62,2%), alinhado com as tendências nacionais de maior participação feminina no ensino superior.

Quanto à formação acadêmica, 63,4% dos respondentes cursam Ciências Contábeis, enquanto 36,6% são estudantes de Administração. A concentração em Ciências Contábeis pode refletir o foco da pesquisa e a maior participação desse grupo. Sobre o semestre, há maior presença nos primeiros semestres (1º ao 3º), totalizando mais de 55% dos participantes, o que sugere que os discentes ainda estão no início do curso e, possivelmente, em fase de formação de consciência crítica sobre finanças e consumo.

A maioria dos participantes (90,2%) afirma exercer atividade remunerada, sendo que 65,9% atuam em empregos formais. Isso reforça a ideia de que grande parte dos universitários brasileiros precisa conciliar estudo e trabalho. A maioria dos participantes (90,2%) afirma exercer atividade remunerada, sendo que 65,9% atuam em empregos formais.

A análise dos dados também revela que, embora a maioria dos estudantes esteja inserida no mercado de trabalho, isso não necessariamente se traduz em maior conhecimento ou controle sobre suas finanças pessoais. A combinação entre estudo e trabalho pode limitar o tempo disponível para o planejamento financeiro, tornando-os mais suscetíveis a decisões impulsivas ou ao endividamento.

Essa realidade evidencia a importância de facilitar o acesso à educação financeira no ambiente acadêmico, adaptando-se à rotina já sobrecarregada desses estudantes. Estudantes no começo da graduação podem apresentar maior vulnerabilidade a comportamentos de consumo inadequados, justamente por estarem em fase de transição para a vida adulta e independência financeira.

Essa constatação sugere que intervenções educacionais precoces poderiam ser particularmente eficazes nesse grupo, ajudando a estabelecer hábitos financeiros saudáveis desde o início da vida universitária. Por fim, a predominância de estudantes de Ciências Contábeis na amostra oferece uma oportunidade única para o desenvolvimento de projetos de extensão que articulem o conhecimento técnico da contabilidade com a educação financeira prática.

Esses futuros profissionais poderiam atuar como multiplicadores do conhecimento, aplicando em sua própria vida os conceitos aprendidos e, posteriormente, levando esse aprendizado para a sociedade. Essa abordagem teria o duplo benefício de melhorar a formação dos próprios estudantes enquanto contribui

para a missão social da instituição de ensino. Essa realidade evidencia de que grande parte dos universitários brasileiros precisa conciliar estudo e trabalho. Conforme inserido na tabela 1 a seção do questionário reúne as seis primeiras perguntas, o perfil sociodemográfico dos entrevistados.

Tabela 1 – Perfil sociodemográfico dos alunos de Ciências Contábeis e administração.

Faixa Etária	Quantidade	Porcentagem
Menor que 20 anos	19	23,2%
20 a 24	32	39%
25 a 29	14	17,1%
30 anos ou mais	17	20,7%
Gênero		
Feminino	51	62,2%
Masculino	31	37,8%
Prefiro não informar	0	0%
Formação Acadêmica		
Ciências Contábeis	52	63,4%
Administração	30	36,6%
Qual semestre está cursando		
1° Semestre	20	24,4%
2° Semestre	2	2,4%
3° Semestre	24	29,3%
4° Semestre	3	3,7%
5° Semestre	9	11%
6° Semestre	4	4,9%
7° Semestre	7	8,5%
8° Semestre	13	15,9%
Exerce atividade remunerada atualmente		
Sim	74	90,2%
Não	8	9,8%
Principal fonte de renda		
Trabalho formal	54	65,9%
Trabalho informal	20	24,4%
Apoio familiar	8	9,8%
Bolsa/auxílio	0	0%

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

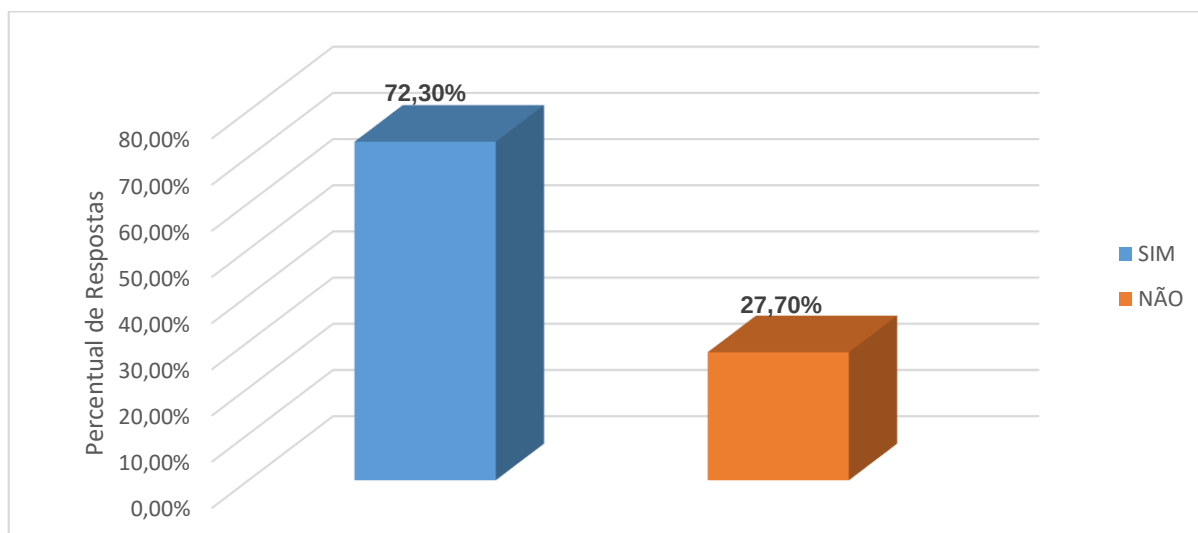
A amostra foi composta por 117 estudantes, sendo 49 do curso de Administração e 68 do curso de Ciências Contábeis. A maioria encontra-se entre (faixa etária predominante), com 90,40%, total de 75 respondentes, exercendo alguma atividade remunerada e 9,60%, 8 respostas dependendo exclusivamente do apoio familiar. Esses dados revelam um perfil jovem, em fase de transição para a autonomia

financeira, cenário que potencializa desafios relacionados à organização econômica pessoal.

Para identificar o perfil financeiro dos participantes, o questionário contemplou uma questão que investigava se os respondentes possuíam, no momento da coleta de dados, algum tipo de endividamento ativo. Essa abordagem é essencial para compreender o comportamento financeiro e os fatores que contribuem para a vulnerabilidade econômica.

De acordo com Cerbasi (2017, p. 52) “antes de qualquer intervenção financeira, é preciso conhecer a realidade das dívidas e entender como elas se formaram para agir com responsabilidade e eficácia”. Essa perspectiva reforça a importância de iniciar qualquer análise financeira pela identificação do grau de endividamento, permitindo, assim, uma avaliação mais assertiva da relação entre consumo, crédito e emoções. Conforme inserido no gráfico 1.

Gráfico 1 - Percentual de estudantes que possuem algum tipo de dívida.



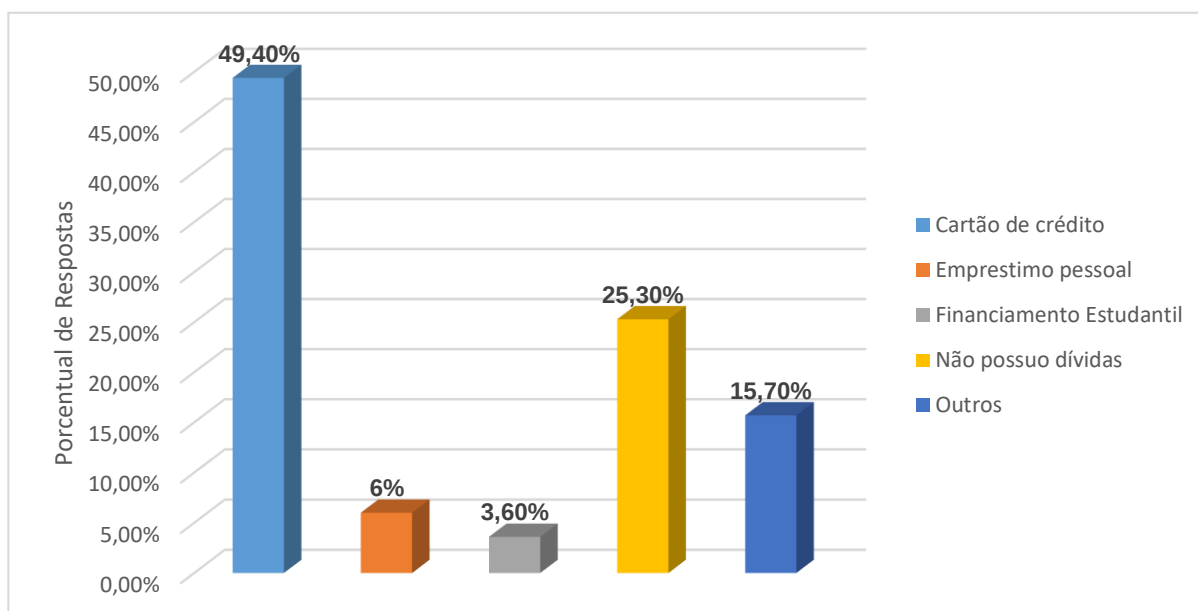
Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Uma parcela significativa dos estudantes universitários participantes da pesquisa declarou possuir, no momento da coleta de dados, algum tipo de dívida ativa. Esse resultado corrobora a evidência de que o endividamento juvenil é uma realidade presente mesmo entre indivíduos que ainda não ingressaram plenamente no mercado de trabalho.

Tal tendência é confirmada por Santos e Almeida (2020), identificam a relação entre endividamento e desempenho acadêmico. Ao observarem que o acúmulo de

dívidas entre jovens universitários compromete não apenas sua estabilidade financeira, mas também sua saúde mental e rendimento acadêmico, uma vez que o estresse financeiro impacta diretamente na capacidade de concentração e no desempenho nas atividades acadêmicas. Conforme demonstrado no Gráfico 2.

Gráfico 2- Principais tipos de dívidas apontadas pelos estudantes



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

O gráfico evidencia os principais tipos de endividamento identificados entre os estudantes participantes da pesquisa, destacando-se o cartão de crédito como a forma mais recorrente de dívida, superando 50% das respostas. Essa predominância reforça a constatação de que o uso do crédito rotativo representa uma das principais fontes de desequilíbrio financeiro entre jovens universitários.

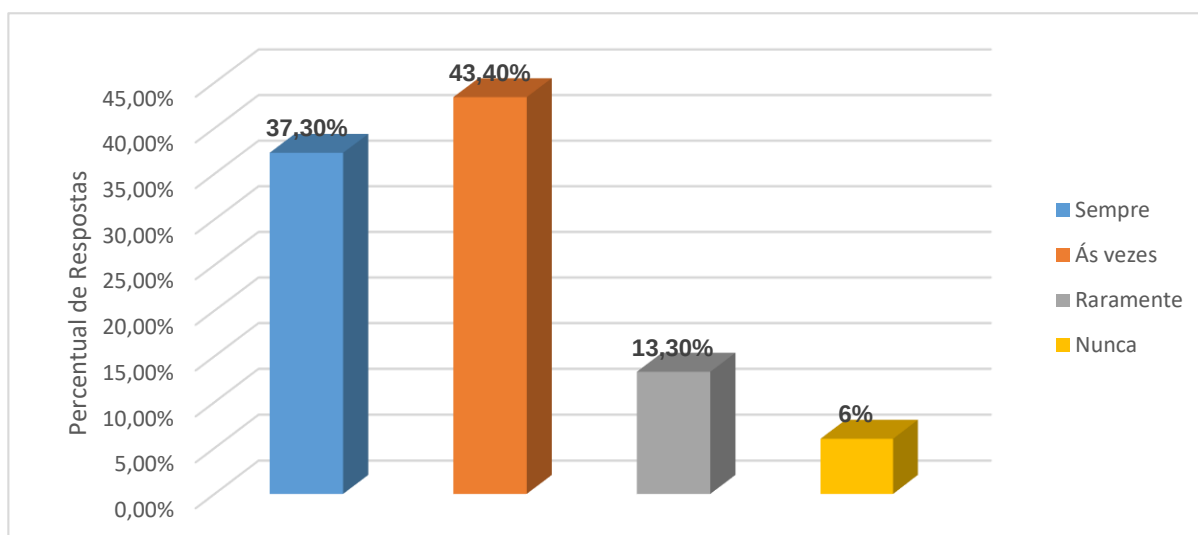
Esse comportamento pode estar relacionado à facilidade de obtenção do cartão, à baixa educação financeira e ao consumo impulsivo, frequentemente estimulado por pressões sociais e imediatismo. Segundo Cerbasi (2017, p. 84), o cartão de crédito pode ser uma ferramenta útil quando bem administrada, mas, na prática, “é o maior causador de desorganização orçamentária quando utilizado sem planejamento e consciência”.

Essa avaliação é corroborada por Silva e Oliveira (2019), que apontam que o parcelamento excessivo e o pagamento mínimo da fatura estão associados à ilusão de controle financeiro, contribuindo para a formação de dívidas prolongadas e de difícil recuperação. No gráfico 3, verificou-se, ao longo da análise, a frequência com que os

estudantes praticam o planejamento financeiro mensal, aspecto fundamental para a gestão equilibrada dos recursos pessoais.

A adoção desse hábito revela não apenas uma preocupação com o controle de despesas, mas também a construção de uma cultura de responsabilidade financeira, essencial em contextos de instabilidade econômica ou de limitação de renda realidade comum entre estudantes universitários.

Gráfico 3 - Frequência de planejamento financeiro mensal entre os estudantes



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Apresenta os resultados relacionados à frequência com que os estudantes realizam o planejamento financeiro pessoal. De acordo com os dados, 43,40% dos respondentes afirmaram que o fazem "às vezes", enquanto 37,30% indicaram realizá-lo "sempre", o que demonstra uma parcela significativa da amostra com algum grau de comprometimento com a organização de suas finanças. Em contrapartida, 13,30% dos estudantes afirmaram que "raramente" se dedicam a essa prática, e 6% relataram que "nunca" planejam financeiramente suas despesas.

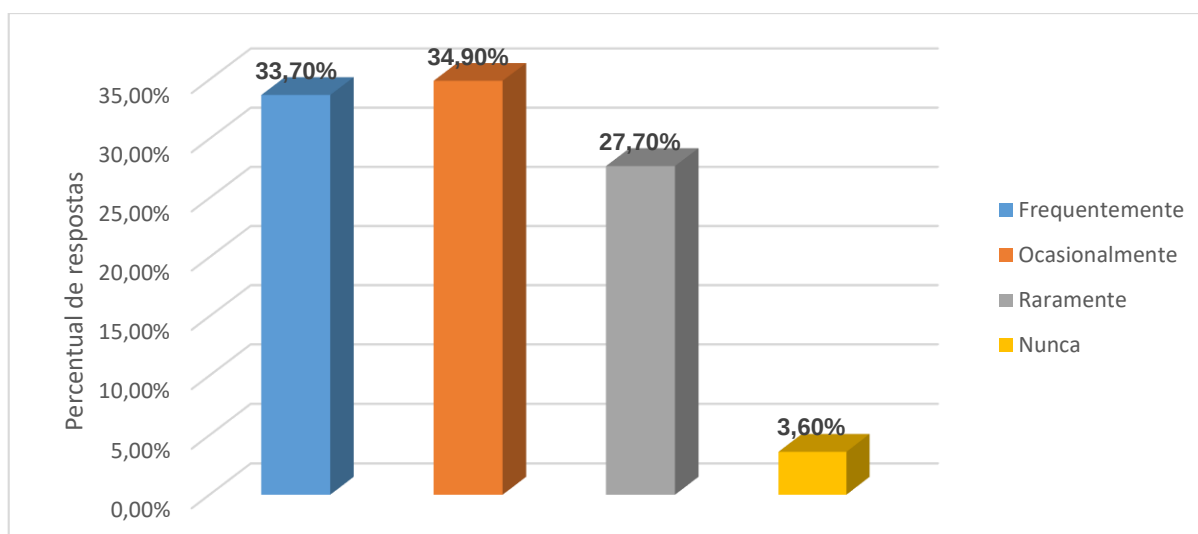
Esse cenário revela um panorama positivo, mas ainda com pontos de atenção. Embora a maioria dos estudantes demonstre preocupação com a gestão de seus recursos, uma parcela considerável ainda apresenta comportamentos financeiros frágeis, o que pode gerar riscos futuros relacionados ao endividamento ou à desorganização orçamentária.

Conforme destaca Gitman (2010, p. 28), "o planejamento financeiro é um hábito essencial que contribui para o controle dos gastos, o equilíbrio orçamentário e a

tomada de decisões conscientes no uso dos recursos”. Diante disso, reforça-se a importância da educação financeira no ambiente acadêmico como estratégia para promover maior conscientização e desenvolvimento de práticas sustentáveis entre os jovens.

Na sequência do levantamento, buscou-se identificar o comportamento dos respondentes em relação ao consumo impulsivo, ou seja, se costumam realizar compras sem planejamento prévio ou motivadas por fatores emocionais ou circunstanciais. Tal investigação visa compreender a influência das atitudes de consumo na organização financeira dos estudantes, uma vez que decisões motivadas por impulsividade podem comprometer o equilíbrio orçamentário pessoal.

Gráfico 4 - Comportamento impulsivo de consumo entre os estudantes respondentes



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

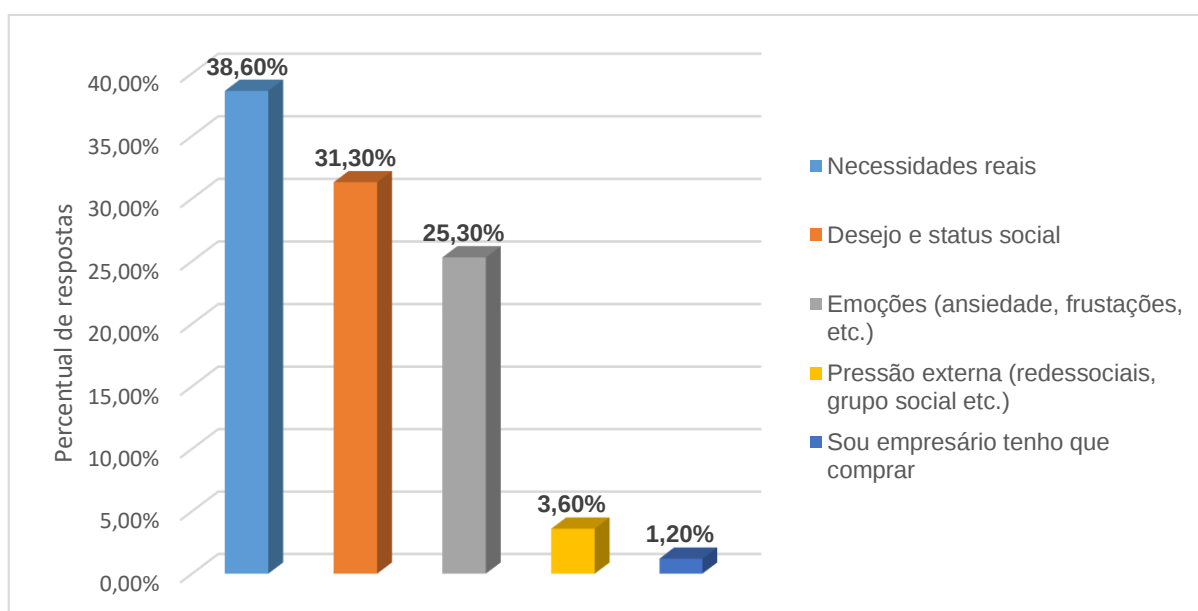
Os dados apontam que 34,9% dos respondentes afirmam agir dessa forma ocasionalmente, enquanto 33,7% o fazem frequentemente. Além disso, 27,7% relataram adotar tal comportamento raramente, e apenas 3,6% disseram nunca agir por impulso ao consumir.

Esses resultados indicam que uma parcela expressiva dos participantes apresenta propensão ao consumo impulsivo, o que pode gerar impactos negativos na organização financeira pessoal, especialmente entre estudantes que, em geral, convivem com orçamentos mais restritos. Esse padrão evidencia a importância da educação financeira como ferramenta para o desenvolvimento de hábitos conscientes de consumo.

Como afirma Solomon (2011, p. 125), “o comportamento de compra impulsiva está relacionado à gratificação imediata, sendo muitas vezes resultado de estímulos emocionais e não de uma necessidade real”. Dessa forma, promover estratégias educativas que favoreçam o consumo racional torna-se essencial para prevenir desequilíbrios orçamentários e incentivar a construção de uma relação mais saudável com o dinheiro.

Na etapa seguinte do levantamento, buscou-se compreender, sob a ótica dos estudantes, a que fatores eles atribuem seus comportamentos de consumo. A intenção foi identificar as motivações mais recorrentes associadas ao ato de consumir, como questões emocionais, pressões sociais, publicidade ou busca por status. Compreender essas percepções é fundamental para analisar como se formam os hábitos financeiros, especialmente em um contexto marcado por estímulos constantes ao consumo e pela ausência de práticas sistemáticas de educação financeira. Conforme demonstrado no gráfico 5.

Gráfico 5 - Percepção dos estudantes sobre os fatores que motivam o consumo



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

O gráfico apresentado ilustra os principais fatores que influenciam o comportamento de compra dos consumidores. De acordo com os dados, a maioria dos entrevistados (38,60%) afirma que realiza compras com base em necessidades reais, sendo este o principal motivo apontado. Em seguida, desejo e status social

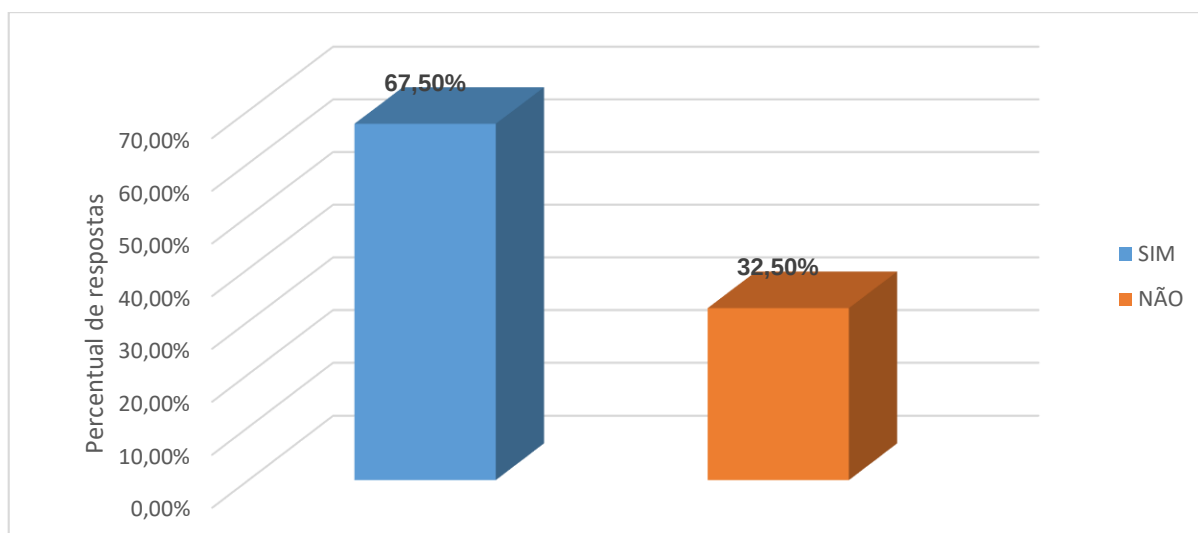
representam 31,30% das respostas, o que demonstra a relevância do consumismo ligado à imagem pessoal e à valorização social.

Ainda segundo o gráfico, emoções como ansiedade e frustração correspondem a 25,30% das motivações de compra, evidenciando o peso das emoções no consumo, o que é corroborado por estudos que indicam o consumo emocional como uma resposta comum a estados psicológicos alterados (Blackwell et al. 2005), detalham o processo de decisão de compra. A pressão externa, como influência de redes sociais e grupos sociais, tem um impacto menor, representando 3,60%, enquanto apenas 1,20% dos entrevistados indicaram que comprem por obrigações profissionais, ou seja, por serem empresários.

Esses dados permitem compreender que, embora o consumo por necessidade seja predominante, fatores subjetivos como status, emoções e pressões sociais ainda desempenham um papel significativo no comportamento de compra. Essa análise está alinhada com os estudos de comportamento do consumidor descritos por Solomon (2011) que destaca a complexidade das decisões de compra e a influência de aspectos psicológicos e sociais.

Na sequência da investigação, foi realizada uma indagação específica sobre o recebimento de orientações formais acerca da educação financeira, com o intuito de averiguar o nível de preparação dos indivíduos no que se refere à gestão consciente dos seus recursos.

Gráfico 6 - Estudantes que já receberam orientação formal em educação financeira



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

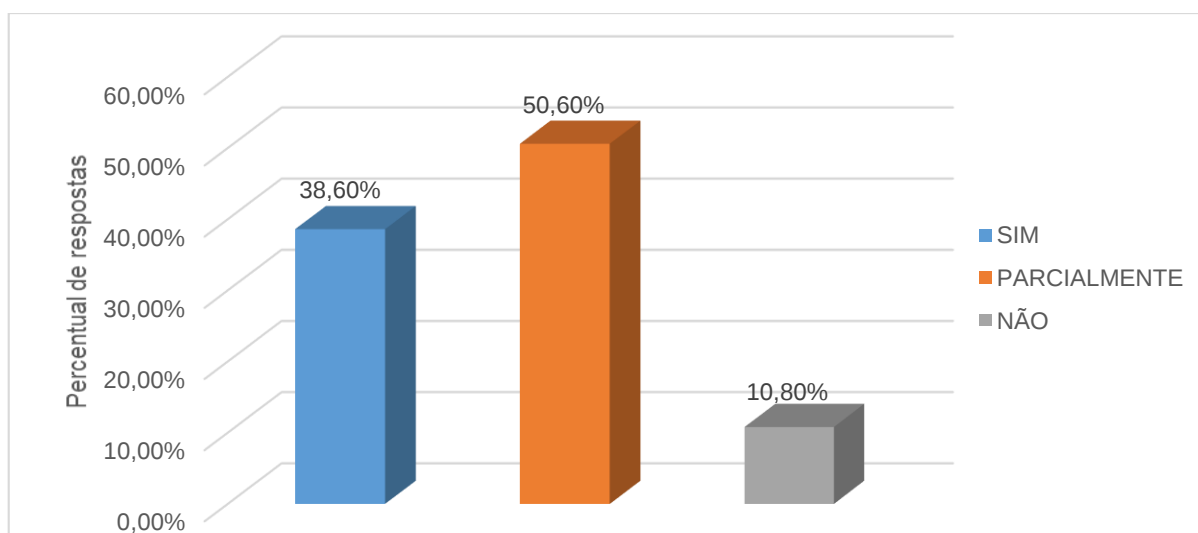
O Gráfico 6 apresenta os percentuais de indivíduos que afirmaram ter recebido ou não algum tipo de instrução formal nessa área. Conforme os dados, 67,50% dos respondentes indicaram nunca ter tido acesso a orientações formais, enquanto apenas 32,50% relataram já ter recebido esse tipo de formação.

Esses resultados evidenciam uma deficiência significativa no processo de formação educacional em relação ao tema da educação financeira, o que pode acarretar consequências diretas na vida financeira dos indivíduos, como consumo descontrolado, dificuldade de poupança e endividamento. A ausência de formação sistemática nessa área fragiliza a capacidade crítica do cidadão frente ao sistema de consumo e compromete o desenvolvimento de práticas financeiras saudáveis (Vieira 2012).

Portanto, os dados representados no Gráfico 6 confirmam a importância de ampliar o acesso à educação financeira formal, especialmente considerando o cenário anterior retratado no Gráfico 5, em que fatores emocionais, sociais e impulsivos influenciam diretamente os hábitos de consumo.

Logo depois, foi apresentada uma questão voltada à auto avaliação do nível de preparo dos participantes para lidar com finanças pessoais. O objetivo dessa etapa foi compreender não apenas o acesso formal à educação financeira, como já abordado no Gráfico 6, mas também o sentimento de capacidade percebida pelos próprios indivíduos em relação à gestão do seu dinheiro. No gráfico 7, é possível verificar essas informações.

Gráfico 7 - Nível de preparo declarado pelos participantes para lidar com finanças pessoais



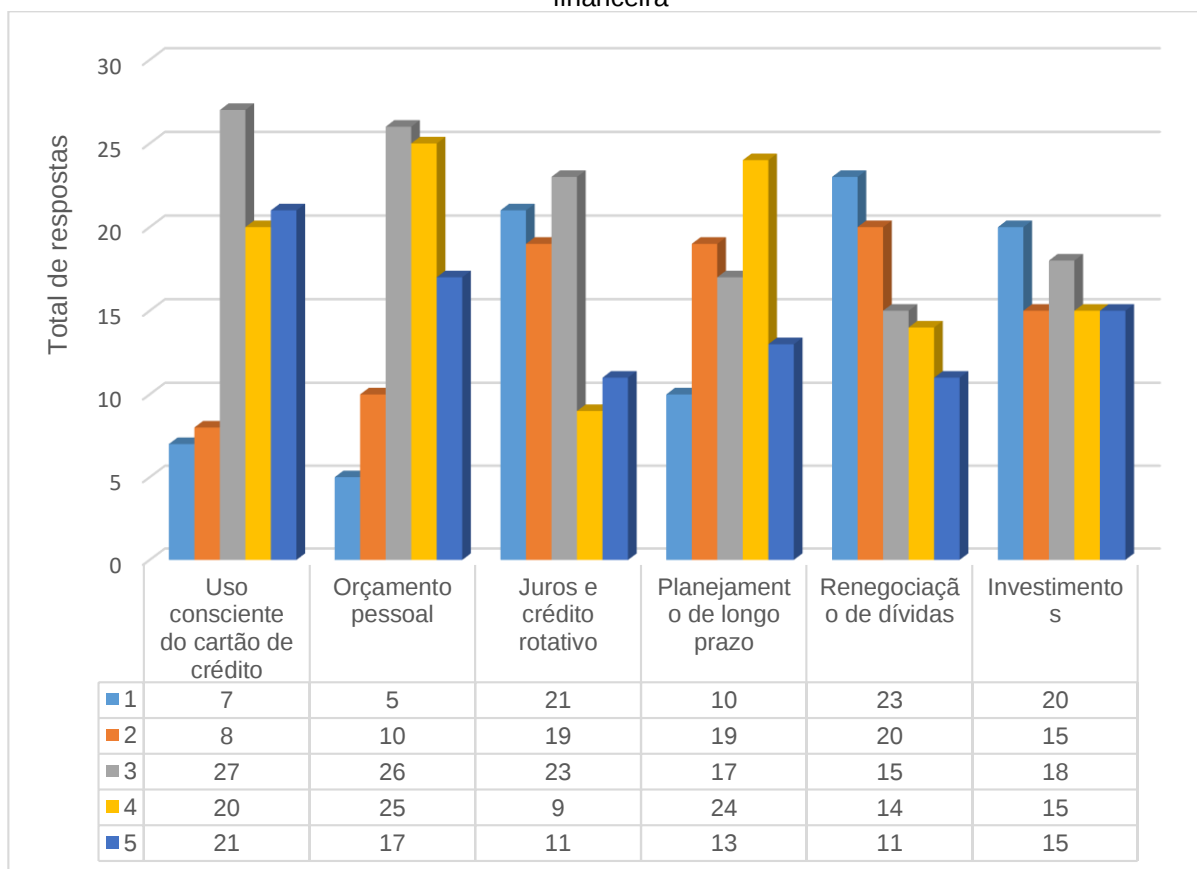
Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

O Gráfico apresenta a percepção dos participantes quanto à sua própria capacidade de gerir assuntos financeiros do dia a dia. Os resultados mostram que 50,60% dos respondentes consideram-se apenas parcialmente preparados, enquanto 38,60% acreditam estar preparados e 10,80% admitem não possuir preparo algum.

Esses dados revelam um auto percepção de fragilidade ou insuficiência no que diz respeito à administração financeira pessoal por parte da maioria dos participantes. A maior parcela do grupo indica sentir-se apenas parcialmente apta, o que pode estar associado à ausência de formação formal na área, conforme apontado anteriormente no Gráfico 6. Tal constatação reforça a hipótese de que a falta de instrução estruturada em educação financeira impacta diretamente a confiança do indivíduo em sua própria capacidade de gerir recursos (Vieira 2012).

Por outro lado, foi investigada a percepção individual dos estudantes sobre o seu domínio em temas relacionados à educação financeira representado no gráfico 8, buscando compreender o quanto se sentem aptos a lidar com conceitos como orçamento, poupança, investimentos, crédito, entre outros.

Gráfico 8 - Percepção dos estudantes sobre seu domínio de temas relacionados à educação financeira



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

O gráfico apresentado ilustra as respostas dos participantes em relação a diferentes aspectos da educação financeira, com ênfase em temas como uso consciente do cartão de crédito, orçamento pessoal, juros e crédito rotativo, planejamento de longo prazo, renegociação de dívidas e investimentos. Os dados são organizados por níveis de resposta (1 a 5), indicando, presumivelmente, uma escala de concordância ou frequência.

Nota-se que o uso consciente do cartão de crédito obteve maior concentração nas categorias 3 (27 respostas) e 4 (20 respostas), sugerindo uma percepção moderada a elevada quanto à importância ou prática desse comportamento. Segundo Silva (2022) a utilização responsável do crédito é essencial para evitar o superendividamento e garantir o equilíbrio financeiro.

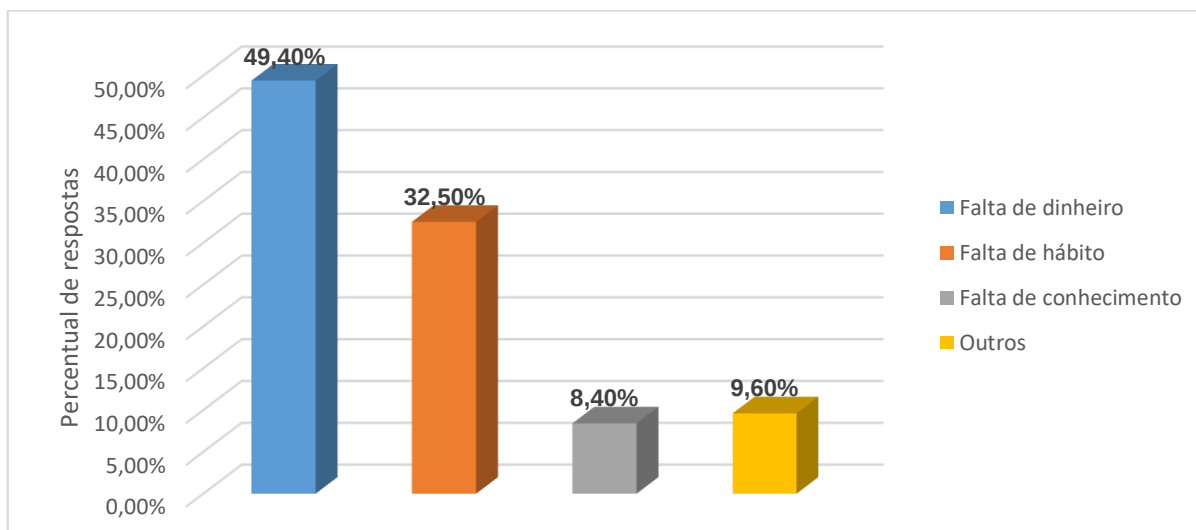
No que se refere ao orçamento pessoal, destaca-se a predominância das categorias 3 (26) e 4 (25), indicando uma significativa atenção dos respondentes a esse aspecto da organização financeira. Como afirma Oliveira (2021), o planejamento orçamentário é uma ferramenta fundamental na gestão das finanças pessoais, pois permite melhor controle dos gastos e favorece decisões conscientes.

A temática de juros e crédito rotativo apresenta altos índices nas categorias 3 (23) e 2 (19), demonstrando certo conhecimento, porém com margem para aprimoramento. Conforme aponta Costa (2020) o desconhecimento sobre os altos encargos do crédito rotativo é um dos principais fatores que contribuem para o endividamento recorrente.

Em relação ao planejamento de longo prazo, observa-se uma tendência positiva, com picos nas categorias 4 (24) e 3 (17). Isso corrobora com o que diz Assis (2019) ao afirmar que o planejamento financeiro de longo prazo é essencial para a construção de uma vida financeira estável e sustentável.

Quanto à renegociação de dívidas, embora haja maior concentração nas categorias 1 (23) e 2 (20), o que pode indicar menor prática ou conhecimento, é importante destacar que, de acordo com Lima (2023) a renegociação é uma estratégia eficaz para restaurar a saúde financeira e evitar a inadimplência.

Por fim, o tópico investimentos revelou distribuição relativamente equilibrada, com maior incidência nas categorias 1 (20) e 3 (18), refletindo talvez um estágio inicial de compreensão ou prática entre os participantes. De acordo com Santos (2022) a educação sobre investimentos ainda é uma lacuna importante entre os brasileiros, sendo necessário maior incentivo à cultura de poupança e aplicação consciente.

Gráfico 9 - Principais fatores que dificultam o controle financeiro pessoal segundo os estudantes

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

O gráfico 9 demonstra os principais fatores que, segundo os estudantes, dificultam o controle financeiro pessoal. A maioria dos respondentes, representando 49,4%, apontou a falta de dinheiro como o principal obstáculo. Em seguida, 32,5% indicaram a falta de hábito como fator relevante, enquanto 8,4% mencionaram a falta de conhecimento, e 9,6% atribuíram a dificuldade a outras causas.

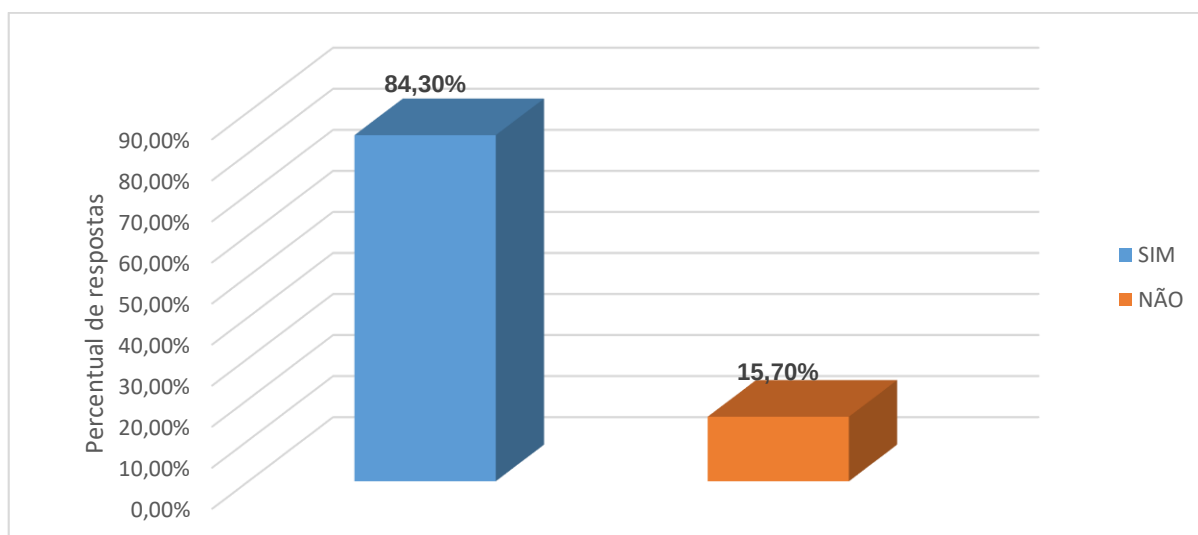
Esses dados revelam que, embora o aspecto financeiro objetivo (falta de recursos) seja predominante na percepção dos estudantes, questões comportamentais e educacionais, como a ausência de rotina de controle e o desconhecimento de práticas financeiras básicas, também impactam significativamente na gestão pessoal das finanças. Tais fatores, combinados, indicam a necessidade de ações que vão além da simples ampliação de renda, como o incentivo à educação financeira e à formação de hábitos saudáveis.

Segundo Oliveira e Silva (2018) o controle orçamentário não depende apenas da quantidade de recursos disponíveis, mas do desenvolvimento de competências comportamentais e do acesso à informação adequada sobre finanças. A construção de uma cultura de planejamento e responsabilidade financeira é essencial, especialmente em contextos de vulnerabilidade econômica como o vivenciado por muitos estudantes.

Em continuidade à pesquisa, foi questionado aos participantes se demonstrariam interesse em participar de cursos voltados à educação financeira pessoal oferecidos no ambiente universitário. A proposta visou compreender o nível

de receptividade dos estudantes diante de iniciativas que visam promover maior conhecimento sobre finanças e contribuir para uma gestão mais consciente de seus recursos, segundo o gráfico 10.

Gráfico 10 - Disposição dos respondentes para frequentar cursos de educação financeira no ambiente acadêmico



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

O gráfico evidencia a disposição dos estudantes em participar de cursos de educação financeira oferecidos no ambiente universitário. De acordo com os dados, 84,3% dos respondentes afirmaram que estariam dispostos a participar de capacitações sobre finanças pessoais, enquanto apenas 15,7% declararam não ter interesse. Esse resultado revela uma ampla receptividade por parte do público acadêmico diante de iniciativas educativas voltadas à melhoria da gestão financeira individual.

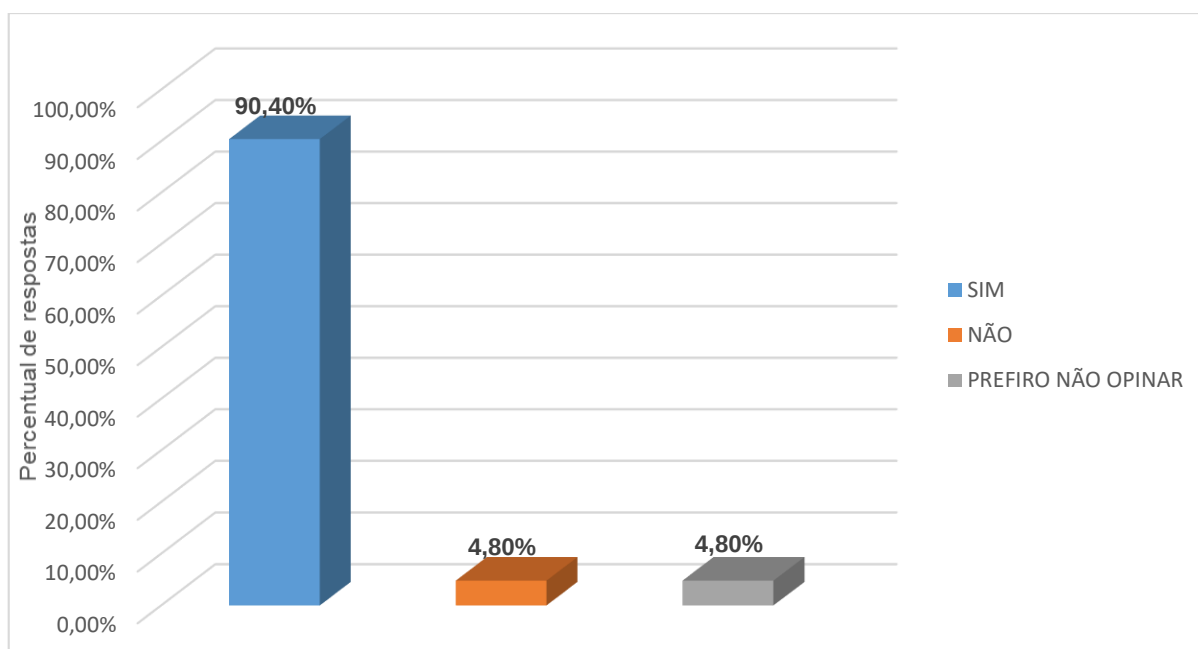
A predominância da resposta positiva sugere uma lacuna na formação educacional tradicional, que pouco contempla conteúdos voltados à administração de recursos pessoais, e ao mesmo tempo indica um potencial de engajamento em programas que visem promover maior autonomia e responsabilidade no uso do dinheiro. A inclusão de conteúdos sobre finanças nas instituições de ensino superior pode contribuir significativamente para o desenvolvimento de habilidades fundamentais para a vida adulta e profissional.

Segundo Gitman e John (2005) a educação financeira proporciona aos indivíduos o conhecimento necessário para tomarem decisões mais conscientes,

otimizando a utilização de seus recursos e contribuindo para a estabilidade econômica a longo prazo. Portanto, a criação de espaços de aprendizagem sobre finanças nas universidades representa um avanço na formação integral do estudante.

Em continuidade à pesquisa, foi investigada a percepção dos participantes quanto ao papel do contador na orientação financeira de pessoas físicas. A pergunta visou compreender se os respondentes reconhecem o profissional da contabilidade como alguém apto a contribuir para a gestão das finanças pessoais, indo além das funções tradicionais relacionadas à escrituração e apuração de tributos. A valorização dessa atuação consultiva representa um avanço na compreensão da contabilidade como instrumento de apoio estratégico à vida financeira cotidiana.

Gráfico 11 - Opinião dos participantes sobre a atuação do contador na orientação financeira pessoal



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

O gráfico demonstra a percepção dos participantes quanto à possibilidade de o contador atuar como orientador financeiro para pessoas físicas. A maioria expressiva, correspondente a 90,4% dos respondentes, afirmou acreditar que o profissional contábil está apto a prestar esse tipo de orientação. Apenas 4,8% disseram não considerar essa função apropriada ao contador, enquanto outros 4,8% preferiram não opinar sobre o tema.

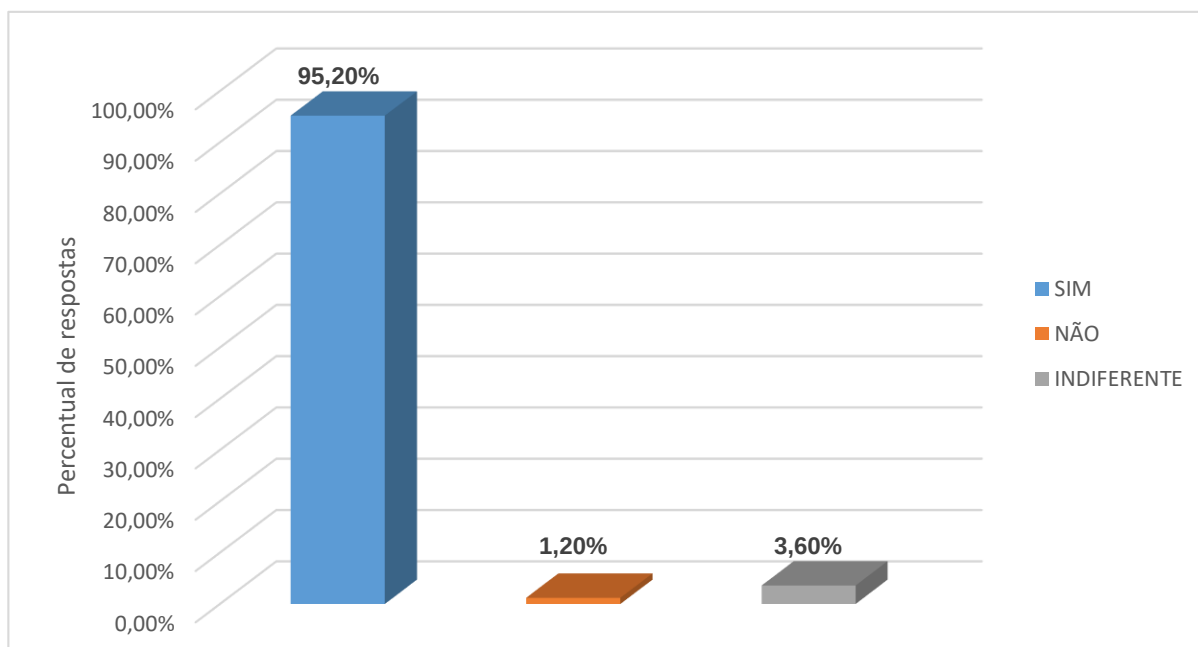
Esse resultado evidencia a valorização da atuação do contador para além de suas funções técnicas tradicionais, sinalizando um reconhecimento crescente de seu

papel consultivo e educativo no contexto das finanças pessoais. Essa perspectiva reforça a importância da formação multidisciplinar dos profissionais da contabilidade, que precisam estar preparados para oferecer suporte não apenas a empresas, mas também a indivíduos em busca de organização e planejamento financeiro.

Como ressalta Slomski (2012) o contador contemporâneo deve ser visto como um agente estratégico que contribui para o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade financeira, tanto no setor privado quanto no âmbito pessoal. Nesse sentido, o alto índice de concordância entre os respondentes demonstra uma visão ampliada da profissão, em sintonia com as novas demandas da sociedade.

Em continuidade à investigação, procurou-se compreender se, na percepção dos respondentes, os profissionais de contabilidade deveriam atuar na promoção de ações educativas voltadas ao consumo consciente e à gestão financeira no ambiente universitário. A proposta visa analisar o papel social do contador, não apenas como executor de funções técnicas, mas também como agente de transformação por meio da educação financeira.

Gráfico 12 - Percepção dos estudantes sobre a atuação do contador na educação financeira



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Conforme apresentado no Gráfico 12, a esmagadora maioria dos participantes (95,2%) acredita que os profissionais da contabilidade devem promover ações educativas relacionadas ao consumo consciente e à gestão financeira dentro do

ambiente universitário. Apenas 1,2% manifestaram opinião contrária, enquanto 3,6% se declararam indiferentes à proposta.

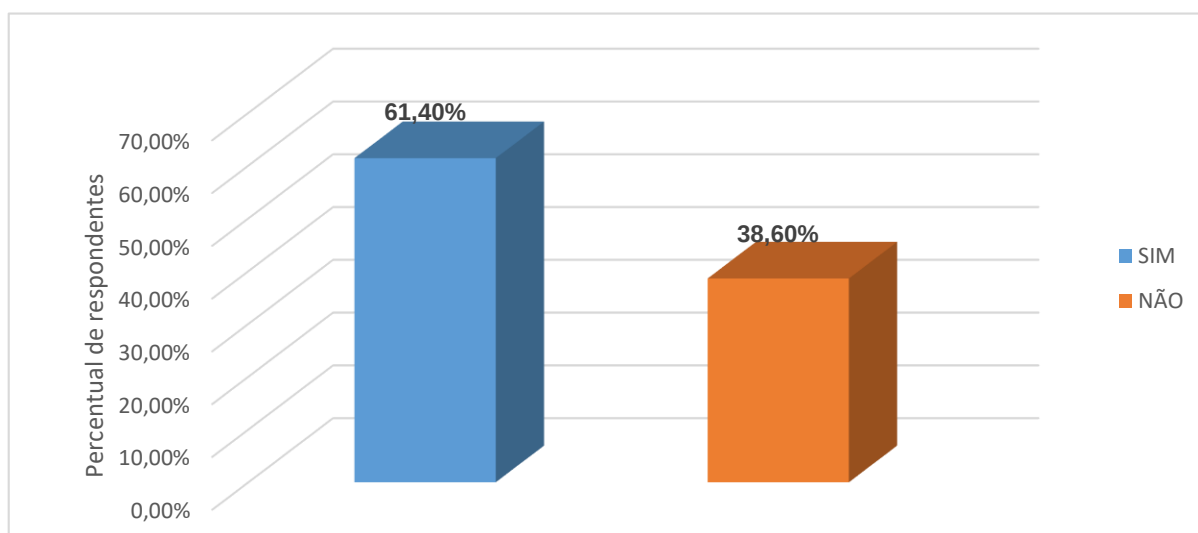
Esse resultado reforça a importância social do contador enquanto agente educador e não apenas executor de tarefas técnicas. A atuação proativa desse profissional no ambiente acadêmico pode contribuir significativamente para a formação de cidadãos financeiramente mais conscientes, prevenindo o endividamento e incentivando uma cultura de planejamento e organização econômica entre jovens universitários.

De acordo com Slomski (2012) o contador exerce um papel estratégico na sociedade, atuando na orientação de boas práticas administrativas e financeiras tanto em organizações quanto junto a indivíduos. Assim, sua presença em ações educativas amplia o alcance da contabilidade como ciência aplicada à vida cotidiana, promovendo impactos positivos no comportamento econômico da população.

A pesquisa também buscou verificar o grau de envolvimento dos estudantes com ações de extensão universitária voltadas à educação financeira. A maioria dos respondentes declarou não ter participado nem conhecer projetos com essa temática dentro da instituição. Esse resultado evidencia uma lacuna entre o ensino acadêmico formal e as práticas extensionistas que promovam o letramento financeiro de forma crítica, prática e contextualizada.

A extensão universitária é reconhecida como uma das funções essenciais da educação superior, pois permite o diálogo entre universidade e sociedade e favorece a construção de conhecimentos aplicados às demandas sociais Brasil (2018). Segundo Teixeira e Matos (2019) os projetos de educação financeira no ambiente universitário contribuem para a formação cidadã ao abordar o consumo consciente, o uso do crédito e o planejamento financeiro com base em situações reais do cotidiano.

A ausência de ações nessa área aponta para a necessidade de maior incentivo institucional à criação de programas de extensão voltados à educação financeira, especialmente em cursos de Ciências Contábeis, Economia e Administração, onde há forte potencial técnico e social para atuar como agentes de transformação. O envolvimento dos estudantes com esse tipo de projeto não apenas fortalece sua formação acadêmica, como também amplia o alcance da universidade junto à comunidade.

Gráfico 13 - Projetos de educação financeira: participação ou conhecimento dos estudantes

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

O gráfico demonstra a resposta à questão referente à percepção dos estudantes sobre a atuação do contador como orientador financeiro para pessoas físicas. Os dados revelam que 61,4% dos participantes consideram que o profissional de contabilidade pode exercer esse papel, enquanto 38,6% afirmaram não reconhecer essa possibilidade.

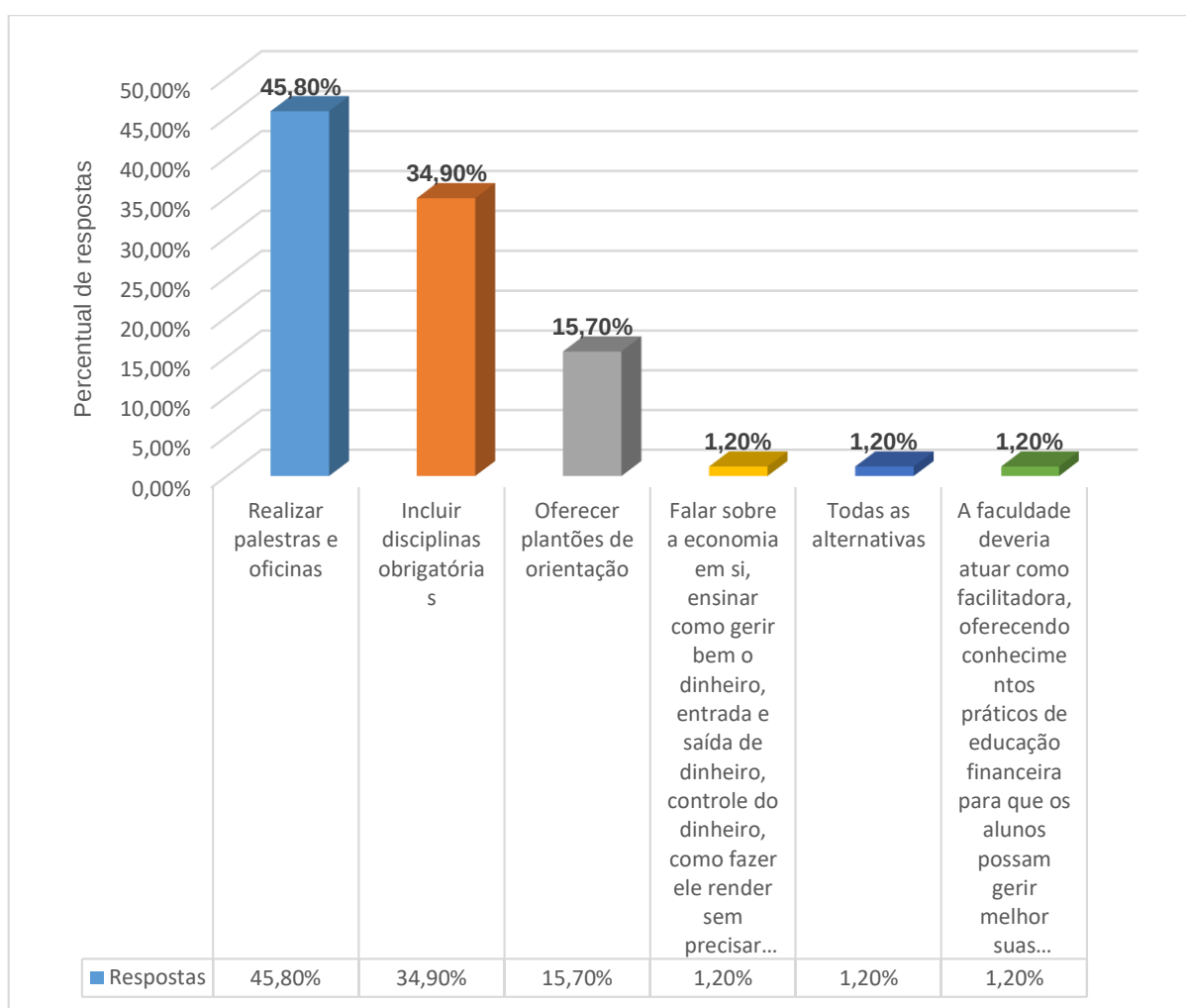
Esse resultado aponta para uma visão majoritariamente positiva quanto à atuação do contador além do ambiente empresarial, reconhecendo sua potencial contribuição no processo de educação financeira da população. Tal percepção está alinhada ao que defende Souza (2021) ao destacar que o contador, por seu conhecimento técnico e proximidade com as finanças, pode atuar como agente de transformação social ao orientar pessoas sobre planejamento orçamentário, consumo consciente e uso do crédito.

A valorização dessa função, no entanto, ainda esbarra em desconhecimento e estereótipos associados à profissão contábil, muitas vezes limitada à burocracia fiscal. De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o contador tem também a função ética de promover a educação financeira e atuar com responsabilidade social CFC (2016).

Os dados reforçam a importância de ampliar o debate sobre o papel social do contador, principalmente dentro das universidades, para que a formação acadêmica incentive a atuação cidadã desses profissionais e os prepare para contribuir com a alfabetização financeira da sociedade.

A pesquisa também incluiu uma questão voltada a compreender a opinião dos estudantes sobre o papel que a faculdade deve desempenhar no apoio à educação financeira. Conforme o gráfico 14, a maioria dos participantes demonstrou reconhecer que a instituição de ensino superior não deve apenas formar tecnicamente os alunos, mas também contribuir ativamente para o desenvolvimento de competências relacionadas à gestão financeira pessoal, por meio de projetos, cursos extracurriculares e ações extensionistas.

Gráfico 14 - Papel da faculdade na promoção da educação financeira, segundo os estudantes



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

O gráfico apresentado ilustra as respostas dos participantes à questão sobre quais ações a faculdade deveria adotar para apoiar a educação financeira dos estudantes. A alternativa mais escolhida foi “realizar palestras e oficinas”, com 45,8% das respostas, seguida da sugestão de “incluir disciplinas obrigatórias”, com 34,9%.

Em proporção menor, 15,7% indicaram “oferecer plantões de orientação” e apenas 1,2% optaram por “todas as alternativas”.

Esses dados refletem a percepção de que o apoio institucional à educação financeira deve ser dinâmico e prático, priorizando ações pontuais, acessíveis e aplicadas à realidade estudantil, como oficinas temáticas e palestras educativas. Segundo Teixeira e Matos (2019) a educação financeira deve ser integrada à vida acadêmica por meio de metodologias ativas e participativas, promovendo o desenvolvimento da autonomia, do senso crítico e da responsabilidade no uso dos recursos financeiros.

Os estudantes demonstraram forte apoio à inclusão de disciplinas obrigatórias de educação financeira nos currículos, evidenciando que consideram o tema essencial para sua formação. Essa demanda alinha-se com as diretrizes educacionais vigentes Brasil (2018) e revela a preferência dos alunos por abordagens diversificadas no ensino de finanças pessoais, combinando teoria e prática.

A última questão do questionário (questão 21), solicitou que os participantes apresentassem sugestões sobre como a faculdade poderia melhorar o acesso à educação financeira no ambiente universitário. As respostas evidenciaram um interesse significativo dos estudantes em ações práticas, regulares e integradas ao currículo, com destaque para atividades como palestras, oficinas, workshops e disciplinas específicas. Dentre as sugestões mais recorrentes, destacam-se a realização frequente de palestras com especialistas, a oferta de disciplinas obrigatórias ou optativas sobre finanças pessoais, e o desenvolvimento de atividades práticas voltadas à realidade cotidiana, como o aprendizado sobre imposto de renda, controle de orçamento e consumo consciente. Muitos estudantes também sugeriram que as atividades fossem conduzidas por profissionais convidados externos, promovendo uma aproximação com o mercado e com experiências reais.

Um ponto recorrente nas respostas foi a importância de que a educação financeira vá além da teoria, sendo aplicada de forma concreta no cotidiano estudantil. Para muitos respondentes, a compreensão prática de temas como orçamento pessoal, investimentos básicos, endividamento e planejamento de vida financeira seria mais útil se ensinada com exemplos reais e estratégias aplicáveis. Isso indica uma preferência por metodologias ativas de aprendizagem, como estudos de caso, simulações e projetos interdisciplinares, capazes de tornar o conteúdo mais acessível e significativo para a realidade dos alunos.

Outra observação relevante refere-se à transversalidade da educação financeira no ensino superior. Vários estudantes sugeriram que o tema fosse abordado não apenas em disciplinas específicas, mas também inserido de maneira integrada em outras áreas do conhecimento, como ética, empreendedorismo, sociologia e economia. Essa abordagem interdisciplinar contribuiria para formar indivíduos mais conscientes de suas decisões financeiras e de seu papel como agentes econômicos e sociais, alinhando-se com uma formação cidadã e crítica.

Os estudantes destacaram uma lacuna entre a teoria acadêmica e as demandas práticas da vida financeira real. Como observa um participante: "Nosso curso tem bastante conceito, mas na prática o que importa são resultados". Esse apontamento reforça a urgência de se promover uma formação que equilibre teoria e prática, como defendem Teixeira e Matos (2019, p. 64), ao afirmarem que a educação financeira no ensino superior deve estar "centrada em experiências reais, contextualizadas e diretamente relacionadas ao cotidiano dos estudantes".

Além disso, os participantes demonstraram consciência crítica sobre a falta de valorização da educação financeira em cursos como Ciências Contábeis e Administração, apontando que esses cursos, ironicamente, são deixados em segundo plano quando se trata de formar alunos para lidar com as próprias finanças. Esse ponto sugere que a universidade deve assumir um papel ativo na valorização curricular da educação financeira, incluindo-a como parte estruturante dos cursos.

As respostas revelam um interesse coletivo por um modelo de educação mais aplicado e interdisciplinar, que prepare os alunos não apenas para o mercado de trabalho, mas também para os desafios financeiros da vida adulta. O investimento institucional em educação financeira continuada e acessível é, portanto, uma demanda legítima e urgente no contexto acadêmico contemporâneo.

Dar ênfase em ações como palestras e oficinas, os estudantes também destacaram a importância de incluir disciplinas práticas e obrigatórias sobre finanças pessoais na grade curricular. Essa demanda reforça a necessidade de tratar a educação financeira como parte essencial da formação acadêmica, e não apenas como conteúdo complementar. Como afirma Cerbasi (2017) ensinar finanças com foco em planejamento e autonomia ajuda os jovens a desenvolverem hábitos conscientes e sustentáveis, essenciais tanto para a vida pessoal quanto para a atuação profissional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada permitiu compreender que o comportamento de consumo entre acadêmicos está fortemente relacionado a fatores psicossociais, como impulsividade, ansiedade e ausência de planejamento financeiro. A investigação revelou que muitos estudantes universitários enfrentam dificuldades na gestão de suas finanças pessoais, em especial pela carência de orientação formal em educação financeira, o que contribui para o endividamento precoce.

Observou-se também que há uma demanda significativa por ações educativas no ambiente universitário, voltadas à conscientização financeira. A maioria dos participantes demonstrou interesse em participar de cursos e reconheceu o contador como profissional capacitado para atuar como orientador financeiro, ampliando sua atuação para além do contexto empresarial.

Nesse cenário, destaca-se o papel estratégico do contador como agente transformador, capaz de traduzir conhecimentos técnicos em orientações práticas, acessíveis e aplicáveis à realidade cotidiana das pessoas. Sua contribuição vai além da escrituração contábil, assumindo um papel social relevante na promoção do consumo consciente e da sustentabilidade financeira.

A educação financeira se mostrou uma ferramenta indispensável para a autonomia econômica dos estudantes, devendo ser incorporada de forma mais efetiva nos currículos acadêmicos e em projetos de extensão. A atuação do contador, aliada a estratégias educativas e ao apoio institucional, pode mitigar os impactos do consumo descontrolado, prevenindo o endividamento e promovendo a cidadania financeira.

Conclui-se que compreender os aspectos psicossociais do consumo e valorizar o papel do contador na educação financeira é fundamental para a construção de uma sociedade mais equilibrada, consciente e preparada para os desafios econômicos contemporâneos. Esse estudo contribui, portanto, com uma reflexão crítica e prática sobre o tema, e abre caminhos para novas investigações e ações que fortaleçam a cultura do planejamento financeiro no meio universitário e além dele.

Além dos aspectos levantados, torna-se evidente que a ausência de práticas financeiras adequadas entre universitários reflete não apenas uma limitação individual, mas também uma lacuna estrutural no sistema educacional brasileiro, que historicamente negligencia a formação econômica básica da população. A inserção

de conteúdos voltados à educação financeira nas instituições de ensino superior poderia servir como medida preventiva frente ao endividamento juvenil, bem como instrumento de fortalecimento da cidadania e da autonomia dos estudantes.

Nesse contexto, o contador assume um novo protagonismo. Para além de suas funções técnicas, espera-se que o profissional contábil atue também como um educador financeiro, especialmente em espaços onde o conhecimento econômico é escasso ou inacessível. Essa perspectiva está alinhada à evolução da profissão, que exige, cada vez mais, competências multidisciplinares e uma atuação voltada para o desenvolvimento social.

A própria aceitação por parte dos estudantes, registrada nos resultados da pesquisa, revela uma abertura significativa para a atuação pedagógica dos contadores. A ampla concordância com a ideia de que esses profissionais devem liderar ações educativas no ambiente universitário demonstra que a sociedade enxerga na contabilidade não apenas um campo técnico, mas uma ciência aplicada à realidade cotidiana, com potencial transformador.

Adicionalmente, os dados obtidos reforçam a importância de políticas públicas e projetos institucionais que incentivem o consumo responsável. O consumo impulsivo, embora naturalizado na cultura contemporânea, compromete a saúde financeira das pessoas e limita sua capacidade de planejamento de médio e longo prazo. A promoção de cursos, palestras e oficinas sobre finanças pessoais poderia, nesse sentido, representar uma ferramenta eficaz de combate ao consumismo e incentivo ao uso consciente dos recursos.

Os resultados desta pesquisa evidenciam a necessidade urgente de uma abordagem integrada que una instituições de ensino, profissionais da contabilidade e políticas públicas para enfrentar o desafio do endividamento juvenil. A criação de programas contínuos de educação financeira nas universidades, com metodologias ativas e participativas, poderia transformar os futuros profissionais em agentes multiplicadores de conhecimento, impactando positivamente toda a sociedade.

Vale ressaltar que a mudança no comportamento financeiro requer tempo e esforço conjunto, sendo fundamental que as ações educativas sejam acompanhadas de mudanças estruturais no sistema financeiro e no acesso à informação. O contador, como profissional capacitado e socialmente reconhecido para essa função, pode ser o elo entre o conhecimento técnico e a realidade prática dos estudantes, contribuindo para a formação de cidadãos financeiramente mais conscientes e responsáveis.

Por fim, o presente trabalho oferece uma contribuição relevante tanto para a academia quanto para a prática profissional, ao propor um olhar ampliado sobre o papel da contabilidade e ao destacar a urgência de ações educativas no ambiente universitário. Ele também reafirma a importância do diálogo entre teoria e prática, propondo que o conhecimento contábil seja democratizado e colocado a serviço do bem-estar coletivo.

Este trabalho, portanto, se mantém aberto a novas interpretações e aplicações. Profissionais da contabilidade, gestores acadêmicos e estudantes de diversas áreas podem utilizá-lo como ponto de partida para reflexões, ações e futuras pesquisas que visem fortalecer a cultura do planejamento financeiro, estimular o consumo consciente e valorizar o papel educativo da contabilidade.

Os achados desta pesquisa evidenciam que o endividamento entre universitários não é um problema isolado, mas sim um reflexo de múltiplas dimensões interligadas: psicológicas (como impulsividade e ansiedade), educacionais (falta de formação financeira) e sociais (pressão por consumo e status).

Essa complexidade exige intervenções igualmente multifacetadas, que combinem educação formal, orientação profissional e políticas institucionais. Nesse sentido, as universidades têm um papel central a desempenhar, não apenas como transmissoras de conhecimento técnico, mas como espaços de formação cidadã, onde os estudantes possam desenvolver habilidades práticas para lidar com desafios financeiros reais.

A inserção da educação financeira nos currículos acadêmicos, preferencialmente de forma transversal e interdisciplinar, poderia ser um primeiro passo para mudar esse cenário. Disciplinas que abordem orçamento pessoal, gestão de dívidas e consumo consciente, ministradas com metodologias ativas (como estudos de caso e simulações), teriam maior potencial de engajamento e aplicabilidade.

Além disso, projetos de extensão liderados por contadores e outros profissionais da área econômica poderiam aproximar o conhecimento teórico da realidade dos estudantes, oferecendo workshops, atendimentos individuais e materiais didáticos acessíveis.

REFERÊNCIA

- ALMEIDA, F. **A atuação do contador na educação financeira em regiões periféricas**. 2022. Acesso em: 27 mar. 2025
- ASSIS, J. **O contador como facilitador do conhecimento financeiro: tradução da linguagem técnica para diferentes públicos**. 2019. Acesso em: 27 mar. 2025
- ASSIS, Marcos Vinícius de. **Planejamento financeiro pessoal: importância e estratégias**. São Paulo: Atlas, 2019. Acesso em: 27 mar. 2025
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. Acesso em: 27 mar. 2025.
- BAUMAN, ZYGMUNT. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. Acesso em: 27 mar. 2025.
- BLACKWELL, R. D.; MINIARD, P. W.; ENGEL, J. F. **Comportamento do consumidor**. 10. ed. São Paulo: Engagé Learning, 2005. Acesso em: 29 mai. 2025.
- BRASIL. **Comitê Nacional de Educação Financeira. Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF**. Brasília: MEC, 2010. Acesso em: 26 mai. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira**. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.in.gov.br>. Acesso em: 25 mai. 2025.
- CERBASI, Gustavo. **Adeus, aposentadoria: como garantir o seu futuro num país em crise**. São Paulo: Sextante, 2017. Acesso em: 29 mai. 2025
- CFC – Conselho Federal de Contabilidade. **Código de Ética Profissional do Contador**. Resolução CFC nº 803/1996. Disponível em: <https://cfc.org.br>. Acesso em: 25 mai. 2025.
- CONSELHO Federal de Contabilidade (CFC). **Código de Ética Profissional do Contador**. 2019. Acesso em: 20 mai. 2025.
- CONSELHO Federal de Contabilidade (CFC). **Projetos de extensão e educação financeira promovidos por contadores**. 2023. Acesso em: 20 mai. 2025.
- COSTA, Juliana Mendes da. **Endividamento e crédito rotativo no Brasil: causas e consequências**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020. Acesso em: 29 mai. 2025.
- DEGENHARDT, Leandro. **Psicologia econômica: compreendendo o comportamento financeiro**. São Paulo: Atlas, 2016. Acesso em: 20 mai. 2025.
- DOMINGOS, A. **Educação financeira e transformação social: uma abordagem crítica**. Revista Brasileira de Educação Financeira, v. 3, n. 1, p. 45–60, 2020. Acesso em: 20 mai. 2025.

FESTINGER, Leon. **A teoria da dissonância cognitiva**. São Paulo: Cultrix, 1957. Acesso em: 20 mai. 2025.

GIGLIOTTI, A. **Psicologia Econômica: como nossas emoções interferem nas decisões financeiras**. São Paulo: Atlas, 2020. Acesso em: 25 mai. 2025.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2019. Acesso em: 25 mai. 2025.

GITMAN, Lawrence J.; JOEHNK, Michael D. **Fundamentos de finanças pessoais**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. Acesso em: 29 mai. 2025.

INSTITUTO Brasileiro De Geografia E Estatística (IBGE). **Cidades: Parauapebas**. Brasília, 2023. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 25 mai. 2025.

KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e devagar: duas formas de pensar**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. Acesso em: 25 mai. 2025.

LIMA, Fernanda Rodrigues de. **Renegociação de dívidas e reestruturação financeira pessoal**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2023. Acesso em: 20 mai. 2025.

LIMA, M. **O papel da educação financeira na defesa do consumidor e promoção da dignidade econômica**. 2020. Acesso em: 27 mai. 2025.

LIMA, Mariana; CASTRO, Jorge. **Educação financeira no ensino superior: um estudo com universitários brasileiros**. Revista Brasileira de Educação Financeira, v. 9, n. 2, p. 101–115, 2021. Acesso em: 27 mai. 2025.

LOUREIRO, S. M. C.; COSTA, M. A. **Comportamento do consumidor e consumo consciente: uma análise da impulsividade e do endividamento**. Revista de Administração da UFSM, Santa Maria, v. 10, n. 1, p. 87-104, 2017. Acesso em: 27 mai. 2025.

LUSARDI, ANNAMARIA; MITCHELL, Olivia S. **The economic importance of financial literacy: theory and evidence**. Journal of Economic Literature, v. 52, n. 1, p. 5–44, 2014. Acesso em: 27 mai. 2025.

MACHADO, F. T.; LIMA, D. R. **A atuação do contador na educação financeira: uma abordagem prática**. Revista de Contabilidade da Amazônia, Belém, v. 13, n. 2, p. 60-70, 2021. Acesso em: 27 mai. 2025.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 2017. Acesso em: 27 mai. 2025.

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2010. Acesso em: 27 mai. 2025.

MOURA, Camila. **Consumo emocional e endividamento: reflexões psicológicas**. Porto Alegre: Edípicas, 2020. Acesso em: 27 mai. 2025.

OCDE. **Educação financeira: conceito e importância para a autonomia econômica.** 2020. Disponível em: <https://www.oecd.org>. Acesso em: 29 mai. 2025.

OLIVEIRA, F. **Ética em pesquisa: consentimento e privacidade.** 2020. Acesso em: 27 mai. 2025.

OLIVEIRA, Leandro da Silva; SILVA, Carlos Alberto. **Educação financeira: desafios e estratégias para o comportamento econômico sustentável.** Belo Horizonte: Autêntica, 2018. Acesso em: 29 mai. 2025.

OLIVEIRA, M. C. de. **O contador e a educação financeira: perspectivas e desafios.** Revista Brasileira de Contabilidade, v. 49, n. 215, p. 92–100, 2020. Acesso em: 27 mai. 2025.

PAIVA, R.; Silva, T. **Desafios na implementação da educação financeira nas escolas brasileiras.** 2021. Acesso em: 27 mai. 2025.

REGUO, F. **O papel do contador na disseminação do conhecimento financeiro.** 2022. Acesso em: 27 mai. 2025.

REGUO, M. **O consumo impulsivo e o endividamento entre jovens universitários.** 2022. Acesso em: 27 mai. 2025.

REGUO, Rafael. **Endividamento e comportamento: uma análise das causas emocionais do consumo.** São Paulo: Atlas, 2022. Acesso em: 27 mai. 2025.

SANDRONI, P. **Novo dicionário de economia.** 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Best Seller, 2006. Acesso em: 29 mai. 2025.

SANTOS, Ana Paula. **Comportamento de consumo e endividamento nas famílias brasileiras.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021. Acesso em: 29 mai. 2025.

SANTOS, Lucas Henrique. **Educação financeira e investimentos: desafios no Brasil contemporâneo.** Porto Alegre: Sulina, 2022. Acesso em: 20 mai. 2025.

SANTOS, Marta; ALMEIDA, Denise. **Estresse financeiro e desempenho acadêmico: um estudo com estudantes endividados.** Revista de Psicologia Aplicada, v. 14, n. 3, p. 78–92, 2020. Acesso em: 29 mai. 2025.

SERASA EXPERIAN. **Mapa da inadimplência e renegociação de dívidas no Brasil.** São Paulo, abr. 2025. Disponível em: <https://www.serasa.com.br>. Acesso em: 29 mai. 2025.

SILVA, Amanda Rocha da. **Uso do cartão de crédito e endividamento: uma abordagem comportamental.** Brasília: UNB, 2022. Acesso em: 29 mai. 2025.

SILVA, F. R. da; ANDRADE, J. M. **O papel do contador na orientação financeira: um estudo em universidades públicas.** Revista Contábil & Financeira da Amazônia, v. 9, n. 2, p. 110–120, 2021. Acesso em: 29 mai. 2025.

SILVA, J.; Rodrigues, P. **O papel do contador na construção da cultura do planejamento financeiro**. 2020. Acesso em: 29 mai. 2025.

SILVA, João; OLIVEIRA, Maria. **Endividamento dos universitários: uma análise comportamental**. São Paulo: Editora Acadêmica, 2019. Acesso em: 29 mai. 2025.

SLOMSKI, Valmor. **Contabilidade do terceiro setor: uma abordagem operacional: aplicável a associações, fundações, partidos políticos e organizações religiosas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012. Acesso em: 29 mai. 2025.

SOLOMON, M. R. **O comportamento do consumidor: comprando, possuindo e sendo**. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011. Acesso em: 29 mai. 2025.

SOUZA, Flávia Cristina. **A contabilidade como instrumento de cidadania: a função social do contador**. Revista Brasileira de Contabilidade, n. 228, p. 45–57, 2021. Acesso em: 29 mai. 2025.

SOUZA, L.; Lima, R. **O impacto do modelo de crescimento baseado na mineração em Parauapebas-PA: desafios sociais e econômicos**. 2021. Acesso em: 29 mai. 2025.

SOUZA, R. F.; NASCIMENTO, J. S. **Educação financeira nas universidades: um estudo com estudantes de ciências sociais aplicadas**. Revista Científica de Educação e Finanças, Brasília, v. 6, n. 1, p. 95-105, 2019. Acesso em: 29 mai. 2025.

SPC BRASIL. **Educação financeira: comportamento do consumidor brasileiro**. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br>. Acesso em: 29 mai. 2025.

TEIXEIRA, Joana; MATOS, André. **Educação financeira para a vida: teoria e prática**. São Paulo: Saraiva, 2019. Acesso em: 29 mai. 2025.

TORRES, L.; Freitas, C. **Educação financeira na infância: formação de cidadãos críticos e conscientes**. 2019. Acesso em: 29 mai. 2025.

VIEIRA, S. **Impactos de programas de educação financeira em comunidades de baixa renda**. 2020. Acesso em: 29 mai. 2025.

APÊNDICE A - Questionário aplicado aos acadêmicos de ciências contábeis e administração da FADESA.

Objetivo: O objetivo central desta pesquisa consiste em investigar: Como a contabilidade pode contribuir para a compreensão dos aspectos psicossociais do endividamento e para a conscientização do consumo entre acadêmicos dos cursos de Ciências Contábeis e Administração.

SESSÃO 1 – PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

1. Qual seu gênero?

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino
- ☐ Prefiro não dizer

2. Qual sua faixa etária?

- ☐ Menor que 20 anos
- ☐ 20 a 24 anos
- ☐ 25 a 29 anos
- ☐ 30 anos ou mais

3. Curso que você está matriculado?

- ☐ Administração
- ☐ Ciências Contábeis

4. Qual semestre está cursando?

- ☐ 1º
- ☐ 2º
- ☐ 3º
- ☐ 4º
- ☐ 5º
- ☐ 6º
- ☐ 7º
- ☐ 8º

5. Você exerce atividade remunerada atualmente?

- ☐ Sim
- ☐ Não

6. Qual é sua principal fonte de renda?

- ☐ Trabalho formal
- ☐ Trabalho informal
- ☐ Apoio familiar
- ☐ Bolsa/auxílio

SESSÃO 2 – COMPORTAMENTO FINANCEIRO E ENDIVIDAMENTO

7. Você possui algum tipo de dívida atualmente?

- ☐ Sim
☐ Não

8. Caso tenha respondido “Sim” à pergunta anterior, qual o principal tipo de dívida?

- ☐ Cartão de crédito
☐ Empréstimo pessoal
☐ Financiamento estudantil
☐ Não possuo dívidas
☐ Outros

9. Com que frequência você planeja seus gastos mensais?

- ☐ Sempre
☐ Às vezes
☐ Raramente
☐ Nunca

10. Você já realizou compras por impulso mesmo sabendo que comprometeriam seu orçamento?

- ☐ Frequentemente
☐ Ocasionalmente
☐ Raramente
☐ Nunca

11. Em sua opinião, o consumo está mais relacionado a:

- ☐ Necessidades reais
☐ Desejo e status social
☐ Emoções
☐ Pressão externa
☐ Outro: _____

SESSÃO 3 – EDUCAÇÃO E CONHECIMENTO FINANCEIRO

12. Você já recebeu algum tipo de orientação ou curso sobre educação financeira?

- ☐ Sim
☐ Não

13. Você se considera preparado para lidar com decisões financeiras como controle de orçamento, uso de crédito e planejamento futuro?

- ☐ Sim
☐ Parcialmente
☐ Não

14. Em uma escala de 1 a 5, como você avalia seu conhecimento sobre:

Conhecimento	1	2	3	4	5
Uso consciente do cartão de crédito					
Orçamento pessoal					
Juros e crédito rotativo					

Planejamento de longo prazo					
Renegociação de dívidas					

15. O que mais atrapalha seu controle financeiro?

- ☐ Falta de dinheiro
- ☐ Falta de hábito
- ☐ Falta de conhecimento
- ☐ Outros

16. Você participaria de um curso sobre finanças pessoais na faculdade?

- ☐ Sim
- ☐ Não

SESSÃO 4 – PERCEPÇÃO SOBRE O PAPEL DO CONTADOR

17. Você considera que o contador pode atuar como orientador financeiro para pessoas físicas?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Prefiro não opinar

18. Você acredita que profissionais de contabilidade deveriam promover ações educativas sobre consumo e finanças nas universidades?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Indiferente

19. Já participou ou conhece algum projeto de extensão universitária voltado à educação financeira em sua instituição?

- ☐ Sim
- ☐ Não

20. Em sua opinião, qual deveria ser o papel da faculdade no apoio à educação financeira dos alunos?

- ☐ Realizar palestras e oficinas
- ☐ Incluir disciplinas obrigatórias
- ☐ Oferecer plantões de orientação
- ☐ Outro: _____

21. Deixe aqui suas sugestões ou comentários sobre como melhorar o acesso à educação financeira no ambiente universitário:

Página de assinaturas



Lílian Oliveira
958.375.312-20
Signatário



Sara Carvalho
017.799.872-50
Signatário



Mateus Sousa
034.782.562-16
Signatário



William Gomes
035.216.042-09
Signatário

HISTÓRICO

01 ago 2025 13:27:36		Lilian Silva criou este documento. (Email: ls0385188@gmail.com)
01 ago 2025 13:28:46		Lílian Silva De Oliveira (Email: liliansilva.hpm@outlook.com, CPF: 958.375.312-20) visualizou este documento por meio do IP 170.231.134.119 localizado em Imperatriz - Maranhão - Brazil
01 ago 2025 13:28:52		Lílian Silva De Oliveira (Email: liliansilva.hpm@outlook.com, CPF: 958.375.312-20) assinou este documento por meio do IP 170.231.134.119 localizado em Imperatriz - Maranhão - Brazil
01 ago 2025 15:23:58		Sara Carvalho (Email: csaradeboracontato@gmail.com, CPF: 017.799.872-50) visualizou este documento por meio do IP 186.232.206.163 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil
02 ago 2025 08:38:31		Sara Carvalho (Email: csaradeboracontato@gmail.com, CPF: 017.799.872-50) assinou este documento por meio do IP 186.232.206.163 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil
04 ago 2025 10:15:18		Mateus da Silva Sousa (Email: cienciascontabeis@fadesa.edu.br, CPF: 034.782.562-16) visualizou este documento por meio do IP 170.239.200.86 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil
04 ago 2025 10:15:25		Mateus da Silva Sousa (Email: cienciascontabeis@fadesa.edu.br, CPF: 034.782.562-16) assinou este documento por meio do IP 170.239.200.86 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil
05 ago 2025 17:44:48		William Araujo Gomes (Email: william.gomesaraujo@outlook.com, CPF: 035.216.042-09) visualizou este documento por meio do IP 170.239.200.86 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil



05 ago 2025
17:44:54



William Araujo Gomes (Email: william.gomesaraujo@outlook.com, CPF: 035.216.042-09) assinou este documento por meio do IP 170.239.200.86 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil

